

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
CURSO DE BACHARELADO EM ENFERMAGEM

LUÍS EDUARDO SOARES DOS SANTOS

**FACES DA IDENTIDADE DE GÊNERO NA INFÂNCIA: TRANSGRESSÕES NA
CONSTRUÇÃO DO SER LGBT**

PICOS – PIAUÍ

2017

LUÍS EDUARDO SOARES DOS SANTOS

**FACES DA IDENTIDADE DE GÊNERO NA INFÂNCIA: TRANSGRESSÕES NA
CONSTRUÇÃO DO SER LGBT**

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Enfermagem da Universidade Federal do Piauí – Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Enfermagem.

Orientadora: Prof.^a Me. Ana Karla Sousa de Oliveira

PICOS – PIAUÍ

2017

FICHA CATALOGRÁFICA
Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí
Biblioteca José Albano de Macêdo

S237f Santos, Luís Eduardo Soares dos
Fases da identidade de gênero na infância: transgressões na construção de ser LGBT / Luís Eduardo Soares dos Santos – 2017.
CD-ROM : il.; 4 ¾ pol. (58f.)
Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Enfermagem) – Universidade Federal do Piauí, Picos, 2017.

Orientador(A): Prof^a. Me. Ana Karla Sousa de Oliveira

1. Identidade de Gênero. 2.Orientação Sexual.
3.Minorias Sexuais. I. Título.

CDD 306.76

LUÍS EDUARDO SOARES DOS SANTOS

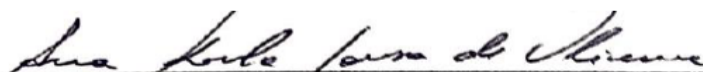
**FACES DA IDENTIDADE DE GÊNERO NA INFÂNCIA: TRANSGRESSÕES NA
CONSTRUÇÃO DO SER LGBT**

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Enfermagem da Universidade Federal do Piauí – Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Enfermagem.

Orientadora: Prof.^a Me. Ana Karla Sousa de Oliveira

Data de Aprovação: 01/12/2017

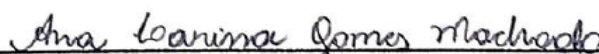
BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Me. Ana Karla Sousa de Oliveira (Orientadora)

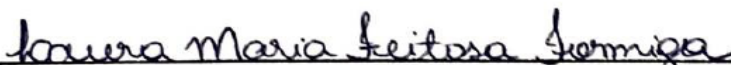
Universidade Federal do Piauí – UFPI

Presidente da Banca



Prof.^a Dr.^a Ana Larissa Gomes Machado (1º Examinador)

Universidade Federal do Piauí – UFPI



Prof.^a Me. Laura Maria Feitosa Formiga (2º Examinador)

Universidade Federal do Piauí – UFPI

*Dedico este trabalho aos meus pais, **Rosa e José Ari**, por serem meu porto seguro e os pilares que sustentam tudo o que fui, o que sou e o que serei na vida. Ao meu irmão, **André**, pelo companheirismo de sempre. À minha afilhada, **Ana Cecília**, e aos meus sobrinhos, **Gabriel, Emanuel, Luís Neto e Luiza**, que são os melhores presentes que ganhei na vida. Aos meus **amigos**, que sempre estiveram ao meu lado nessa árdua jornada. E, por fim, àqueles que acreditam que todo esforço tem sua recompensa.*

AGRADECIMENTOS

À *Deus* primeiramente, por sempre me iluminar nos momentos bons e ruins, bem como me guiar sempre pelo caminho da sabedoria e me tornar ainda mais forte diante das dificuldades.

Aos meus pais, *Rosa Leite e José Ari*, por sempre acreditarem que eu seria capaz de vencer, por me tornarem e me ensinarem a ser uma pessoa de caráter e boa índole. Por nunca me deixarem desistir em meio às atribulações. Por serem minha base. Por serem minha fortaleza. Por serem meu escudo e, acima de tudo, por serem meus maiores exemplos. A vocês, minha eterna gratidão.

Aos meus familiares, que nunca mediram esforços a fim de contribuir com minha formação, crescimento e evolução como ser humano e profissional, em especial meu irmão, *André*, à minha avó *Nadir*, minhas tias *Ineide, Irisneide e Fátima*, e meu tio, *Chico Feitosa*. Sou muito grato a vocês.

Às minhas primas-irmãs, *Andreiany, Ariany, Helanny e Dayane*, por estarem presentes na minha vida desde sempre, por me incentivarem e tornarem nossos momentos mais felizes e cheios de muitas risadas.

Ao meu grande amigo, *Muriel*, que caiu de paraquedas na minha vida e acabou se tornando aquele que traz consigo o maior e verdadeiro significado da palavra AMIGO. Obrigado pelo companheirismo, pelas risadas, pelas loucuras, pelas aventuras e pelos planos e sonhos compartilhados. Obrigado por tudo, irmão!

À minha eterna dupla e amiga, *Joana Pimentel*, por permanecer ao meu lado do primeiro ao último dia de aula do curso. Obrigado pelos conselhos, pelas risadas e pelo ombro amigo de sempre.

Aos meus amigos, *Bernardo e Ticianne*, por também estarem comigo desde o início da graduação. Quando estamos juntos, a felicidade e o riso estão presentes. Obrigado pela amizade e carinho.

Agradeço, com um carinho muito especial, à *Lara Abreu e Breno Feitosa* por estarem sempre ao meu lado independente de qualquer coisa, apesar dos pesares e dos desafios encontrados. A presença de vocês na minha vida foi, é, e sempre será um presente de Deus. Obrigado por tudo. Quero sempre contar com vocês. Estou sempre aqui.

Às minhas amigas do peito e enfermeiras, *Stéfany Emília*, que sempre me apoiou em tudo, que me escuta sempre, que compartilha comigo tristezas e alegrias diárias; *Brenda Lia*, que é, talvez, uma das pessoas que mais torce pelo meu sucesso e felicidade, saiba que esse

sentimento é recíproco, obrigado por tudo, e *Bruna Alves*, por sempre me dizer “vai dar certo” e sempre demonstrar calma e sabedoria nos momentos de agonia. Obrigado, meninas!

Ao *GPeSC-Saúde Mental* pela oportunidade de me fazer conhecer novos caminhos acadêmicos, de estimular ainda mais minha paixão pela pesquisa e por abrir portas que favoreceram um ganho maior de conhecimento. Obrigado por possibilitar conviver com pessoas tão especiais e que sempre conseguiram extrair o melhor de mim.

Aos meus GRANDES e VERDADEIROS amigos *Kadija, Gaby, Clóvis, Laryssa, Carol, Tainá, Miriane, Érica*, e, mais uma vez, *Muriel*. Juntos formamos a tão querida e conhecida COLIGAÇÃO. Nós somos 10. Somos 10 seres felizes que, ao estarem juntos físico ou mentalmente, florescem um sentimento chamado AMIZADE. A felicidade, na maioria das vezes, torna-se nosso sobrenome, deve ser por isso que convivemos tão bem. Contudo, o que prevalece é nosso COMPANHEIRISMO. Por isso talvez sejamos 10. Para alguns pode parecer muito, mas para nós é suficiente. Suficientemente forte para que quando seguirmos caminhos diferentes, nossa essência e proximidade permaneçam intactas. AMIZADE “não é sobre ter todas as pessoas do mundo para si, é sobre saber que em algum lugar alguém zela por ti”. É sobre ser abrigo e, ao mesmo tempo, “ter morada em outros corações, e assim ter amigos contigo em todas as situações”. Nossa COLIGAÇÃO é forte. Amo vocês!

Aos professores que se dispuseram a fazer parte da banca avaliadora, professora *Ana Larissa*, professor *Eduardo Carvalho* e, especialmente à professora *Laura Formiga*, que me acolheu e me matriculou na disciplina de Seminário de Pesquisa II como seu orientando no momento em que professora *Ana Karla* teve que se ausentar. Obrigado de coração.

À minha grande amiga, mãe, irmã, confidente e que nas horas vagas também é minha orientadora, *Ana Karla*. Escrever aqui, por meio de palavras, nunca irá expressar o quão sou grato a você. Nossa relação sempre foi cheia de amor, de alegria, de dedicação e, acima de tudo, de loucura. Nossas risadas são sempre conectadas. Obrigado por me ajudar a crescer, por me fazer enxergar o mundo de outra maneira, por me fazer buscar sempre o melhor. Obrigado por essa pessoa que reluz calma, paciência e serenidade. Obrigado pelos sábios conselhos e pela reciprocidade. Obrigado! Mil vezes obrigado!

Por fim, neste momento, me chamo tão somente, “Luís Eduardo Gratidão”!

“Ninguém é perfeito. Nem eu sou, nem você. Quanto mais você buscar a perfeição, mais longe você ficará da realidade. Então, para quem já duvidou de si mesmo ou achou que deveria ser diferente porque outras pessoas o fizeram se sentir assim, lembre-se: ame a si mesmo, seja você mesmo.”

Jessie J.

RESUMO

A infância é compreendida a partir do pressuposto de que as crianças possuem de maneira intrínseca uma natureza particular que, deste modo, as denotam como sujeitos que criam, pensam e sentem o universo de modo bastante singular. E nessa concepção, quando atitudes e ações diferentes do que se espera ser correto socialmente, conflitos e obstáculos tornam-se presentes na vida delas, principalmente quando as demandas estão relacionadas às questões de gênero e sexualidade. Objetiva-se neste estudo analisar as faces de identidade de gênero e orientação sexual no período infantil de sujeitos adultos da população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBT). Possui cunho descritivo e transversal, de abordagem qualitativa. Como uma ferramenta de consolidação analítica, optou-se como aporte teórico no presente estudo, as Narrativas de Vida. A produção do material empírico ocorreu a partir da realização de entrevistas semiestruturadas formuladas com questões abertas buscando apreender as histórias de vida frente às experiências e vivências sobre sexualidades no período infantil de seis sujeitos (dois gays, uma lésbica, uma bissexual, uma travesti e uma transgênero) pertencentes à um coletivo representativo de classe, que eram maiores de 18 anos e que forneceram disponibilidade e anuência em participar da pesquisa, ressaltando que a realização do estudo se deu após submissão à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Piauí, CEP/UFPI/CSHNB, aprovado com o número de parecer 2.247.323. Para a análise do material empírico, foi utilizado o método de análise de discurso na vertente proposta por Fiorin. Para maior clarificação da análise e discussão do material, o mesmo foi dividido em três eixos estruturais que compreendem: Identidade de gênero: reflexões acerca do reconhecimento e construção do eu; Implicações sobre as experiências no contexto familiar; e a Relação com o meio social: o papel da escola. Os achados demonstraram que a maioria dos sujeitos ainda quando crianças, perceberam a inquietação sobre reconhecer-se diferente, bem como essa diferença, quando identificada pelos outros, gerava discursos de opressão e imposição de condutas que a negavam. Relataram que as relações com os familiares frente suas demandas sexuais foram difíceis nos períodos iniciais da vida. Não obstante, é na família ainda que, com o tempo, encontram o amparo desejado. Para além da família, a escola aparece como um dos principais locais de rejeição da identidade de gênero desses sujeitos. Nesse espaço ganham força as condutas discriminatórias e estigmatizantes que partem principalmente dos colegas, gerando constrangimento, intolerância e exclusão, com conseqüente sofrimento. É relevante salientar a importância de se ter mais produções científicas que abordem de maneira efetiva as questões de gênero, sexualidade e diversidade sexual, e o modo como as demandas sociais influenciam e distorcem diretamente a construção de identidade dos sujeitos, com sérias repercussões sobre suas condições de vida e saúde.

Palavras chave: Identidade de Gênero. Orientação Sexual. Infância. Minorias Sexuais.

ABSTRACT

Infancy is understood from the estimated one of that the children possess in intrinsic way a particular nature who, in this way, denote them as citizens that create, think and feel the universe in sufficiently singular way. E in this conception, when different attitudes and actions of what it socially expects to be correct, conflicts and obstacles become gifts in the life of them, mainly when the demands are related to the questions of sort and sexuality. Objective in this study to analyze the faces of sort identity and sexual orientation in the children's period of adult citizens of the population of Lesbians, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais and Transgêneros (LGBT). It possesss descriptive and transversal matrix, of qualitative boarding. As a tool of analytical consolidation, it was opted as it arrives in port theoretical in the present study, the Narratives of Life. The production of the empirical material occurred from the accomplishment of interviews semistructuralized formulated with open questions searching to apprehend life histories front to the experiences and experiences on sexualidades in the children's period of six citizens (two gays, a lesbian, a bisexual, one travesti and one transgender) pertaining to the one collective representative of classroom, that were bigger of 18 years and that they had supplied to availability and consent in participating of the research, being standed out that the accomplishment of the study if after gave to submission the appreciation of the Committee of Ethics in Research of the Federal University of the Piauí, CEP/UFPI/CSHNB, approved with the number of seeming 2.247.323. For the analysis of the empirical material, the method of analysis of speech in flowing the proposal for Fiorin was used. For bigger clarification of the analysis and quarrel of the material, the same it was divided in three structural axles that understand: Identity of sort: reflections concerning the recognition and construction of I; Implications on the experiences in the family context; e the Relation with the social environment: the paper of the school. The findings had demonstrated that the majority of the citizens still when children, had perceived the fidget on recognizing themselves different, as well as this difference, when identified for the others, she generated speeches of oppression and imposition of behaviors that denied it. They had told that the relations with family the front its sexual demands had been difficult in the initial periods of the life. Not however, it is in the family despite, with the time, they find the support desired. It stops beyond the family, the school appears as one of the main places of rejection of the identity of sort of these citizens. In this space the discriminatory and stigmatizers behaviors that mainly break of the colleagues, generating constaint, intolerance and exclusion, with consequent suffering gain force. It is excellent to point out the importance of if to have more scientific productions that they approach in way accomplishes the questions of sort, sexuality and sexual diversity, and the way as the social demands directly influence and distort the construction of identity of the citizens, with serious repercussions on its conditions of life and health.

Keywords: Gender Identity. Sexual Orientation. Childhood. Sexual Minorities.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CID	Classificação Internacional de Doenças
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CSHNB	Campus Senador Helvídio Nunes de Barros
DSM	<i>Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders</i>
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFPI	Universidade Federal do Piauí

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 OBJETIVOS	15
2.1 Geral	15
2.1 Específicos	15
3 REVISÃO DE LITERATURA	16
3.1 Identidade de Gênero e Sexualidade na Infância	16
3.2 Reflexões Acerca da Transexualidade, Homossexualidade e Políticas Públicas Voltadas à População LGBT	18
3.3 Dimensão da Legitimidade da Fala dos Sujeitos	20
4 MÉTODO	24
4.1 Tipo de Estudo	24
4.2 Local e Período de Realização do Estudo	25
4.3 Sujeitos da Pesquisa	25
4.4 Produção do Material Empírico	26
4.5 Análise do Material Empírico	27
4.6 Aspectos Éticos e Legais	27
4.7 Riscos e Benefícios	28
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	29
5.1 Identidade de Gênero: Reflexões Acerca do Reconhecimento e Construção do Eu ..	29
5.2 Implicações Sobre Experiências no Contexto Familiar	33
5.3 Relação com o Meio Social: O Papel da Escola	35
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS	41
APÊNDICES	47
APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	48
APÊNDICE B – Instrumento de Produção de Narrativas de Vidas	51
ANEXOS	52
ANEXO A – Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa	53
ANEXO B – Autorização Institucional	58

1 INTRODUÇÃO

A infância é compreendida a partir do pressuposto de que as crianças possuem de maneira intrínseca uma natureza particular que, deste modo, as denotam como sujeitos que criam, pensam e sentem o universo de modo bastante singular. E nessa concepção, quando há atitudes e ações diferentes do que se espera ser correto socialmente, conflitos e obstáculos tornam-se presentes na vida delas, principalmente quando as demandas estão relacionadas às questões de gênero e sexualidade.

A sexualidade está presente em todas as sociedades desde o início da civilização e, por si só, causa muitas discussões, polêmicas e controvérsias. Ela, vai muito além do ato sexual, e está inserida em todo um contexto histórico inerente aos indivíduos, podendo ser expressa por meio de vivências, pensamentos, valores, papéis e relacionamentos (BRASIL, 2009).

A orientação sexual é uma condição natural do ser humano, delimitando a atração sexual e/ou afetiva por outros indivíduos, que pode estar direcionada a indivíduos do sexo oposto (heterossexual); pelo mesmo sexo (homossexual) ou por ambos (bissexual) (ARAGUAIA, 2017; BAILEY et al., 2016; SOUSA FILHO, 2009).

A identidade de gênero, por sua vez, é entendida como um estado psicológico que está relacionado à masculinidade e à feminilidade, em que o sujeito percebe uma forte identificação com o gênero oposto, um incômodo e a sensação de inadequação no papel social, contudo, sexo e gênero não estão necessariamente ligados, isto é, a condição sexual biológica pode ser diferente da condição sexual enquanto psique, o que muitas vezes causa sofrimentos, prejuízos sociais e ocupacionais ao indivíduo (ABDO, 2012; BAILEY et al., 2016; GÓMEZ; ESTEVA, 2006; HEMESATH, 2013).

De acordo com Barros (2014), parte-se da compreensão que, nesse contexto, há um caráter pedagógico e ideológico que se forma ao longo de qualquer sociedade. Este caráter controla, vigia e em alguns casos persegue os comportamentos que, por ventura, estejam fora dos padrões, os que ameaçam os modelos estéticos de beleza idealizados, as escolhas familiares e sexuais. Dessa forma, o preconceito e o estigma social fazem parte das vivências dos sujeitos que de alguma forma desafiam a ordem social e cultural pré-determinada. Em algumas sociedades, no decorrer de sua formação política, social, cultural e religiosa, se demarcam através de leis e até pelo uso da violência, os espaços e comportamentos devidos a cada classe, grupo e/ou pessoa.

A sociedade por sua vez, na vivência e na cultura, que na maioria das vezes tem formação e visão heteronormativa, semeia a crença de que os órgãos genitais definem se uma

pessoa é homem ou mulher ou que determinados comportamentos devem ser atribuídos de acordo com o sexo. Segundo Jesus (2012), o fato é que a grande diferença percebida entre homens e mulheres é construída socialmente, desde o nascimento, quando meninos e meninas são doutrinados a agir de acordo como são identificados e ter um papel de gênero adequado aos olhos do contexto social no qual a criança está inserida.

Deste modo, compreende-se que além de existirem diferenças biológicas, existem também diferenças culturalmente construídas entre gêneros. É possível perceber que a partir do ato de socializar, das normas estabelecidas e internalizadas desde a infância, o indivíduo passa a se resignar e se comportar diferentemente daquele que tem sexo oposto.

Assim, o uso do termo gênero é tido como um recurso que procura explicar os atributos específicos que cada cultura estabelece ao masculino ou feminino, constatando-se que qualquer desvio comportamental referido ao padrão socialmente preestabelecido, ainda hoje, muitas vezes, reflete em ações de discriminação e estigmatização que perpassam em todas as fases da vida, inclusive na infância.

Em um estudo desenvolvido por Riley et al. (2013), que buscou averiguar a infância de adultos transgênero, tendo como objetivo compreender suas dificuldades relacionadas ao gênero, observou-se que suas necessidades mais comuns foram de aceitação e apoio para discutir a sua variação de gênero, liberdade de expressão da identidade, valorização e reconhecimento.

Assim, parte-se do pressuposto que há, na maioria das vezes, entaves individuais e sociais nesse período. Diante disso, questiona-se qual a percepção da população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBT) em relação à identidade de gênero e orientação sexual na infância diante uma visão socialmente heteronormativa?

Nesse contexto, acredita-se que a infância pode ser permeada por repressões e dificuldades, partindo do princípio que isso irá refletir nas outras fases da vida e, na maioria das vezes, proporcionar situações de estigmatização, vulnerabilidade e marginalidade dos sujeitos.

Há de se destacar que, nesse cenário, tal estudo configura-se como um instrumento de relevante contribuição para fortalecer a discussão e expansão sobre essa temática, bem como ter o papel de fornecer subsídios para outras pesquisas, devido à carência de estudos que compreendam de maneira holística o referido público. No âmbito da enfermagem, que é pautada no cuidado integral do indivíduo, esse estudo possibilita a estruturação de caminhos para uma ampliação do cuidado a esses sujeitos, com ênfase na saúde mental, logo, considerar a subjetividade e singularidade dessas pessoas é uma ferramenta que possibilita avaliar de forma efetiva as expressões intrínsecas de cada uma delas.

Cabe ressaltar, ainda, que esse estudo traz contribuições pertinentes relacionadas à superação de estigmas e barreiras que esses sujeitos vivenciam, bem como possibilita aos profissionais de saúde buscarem uma visão, postura e assistência que sejam direcionadas às demandas específicas dessa população que vão muito além de questões/problemáticas sexuais, isto é, as demandas psicossociais.

2 OBJETIVOS

2.1 Geral

- Analisar a percepção de identidade de gênero e orientação sexual na infância da população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBT).

2.1 Específicos

- Descrever como se deu o processo de autoconhecimento sobre identidade de gênero e sexualidade de LGBT's durante a infância;
- Investigar, a partir das falas dos sujeitos, eventuais respostas do meio social à expressão da identidade de gênero e sexualidade nesse período.

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 Identidade de Gênero e Sexualidade na Infância

O desenvolvimento e a estruturação infantil são inerentes, a priori, à dimensão biológica, isto é, algo que é herdado geneticamente e que é caracterizado por diferenciações anatômicas do que é ser homem ou mulher. Isto significa dizer que todo ser humano está, de certa forma, apoiado sobre um alicerce que possibilita potencialmente o desenvolvimento de funções pré-determinadas. Todavia, há a outra face também inerente a esse processo, a dimensão social, que se sustenta a partir da convicção que essa construção se dá através de aspectos culturais e sociais, logo, a criança é influenciada pelo meio (JACÓ-VILELA; SATO, 2012).

De acordo com Andrade (2010), preceitos construídos historicamente sobre a fase infantil, baseados numa perspectiva adultocêntrica, tanto esclarecem como ocultam a realidade social e cultural das crianças sendo, portanto, de extrema importância que haja uma desmistificação e ruptura com o modelo rotulado pela sociedade sobre o que é infância até então instituído.

Da mesma forma como o adulto, a criança é um ser em construção e que irá se constituindo por toda a vida. Porém, a fase da vida infantil reserva algumas particularidades no desenvolvimento físico, motor, afetivo e cognitivo, tais como o modo de construção do conhecimento, de percepção e ação no mundo, que faz da criança um sujeito diferente do adulto, logo, elas devem ser educadas de um modo que respeite essas peculiaridades, bem como seus direitos devem ser respeitados e sua integridade preservada (SANTOS; LAURO, 2010).

Nos processos de socialização e formação da identidade das crianças, constroem-se diferenças nos comportamentos como expressões verbais, corporais, relações de proximidade, maneiras de se vestir, brincadeiras por sexo, criando assim os estereótipos. Diante de questões de gênero nesse processo, Almeida e Figueiredo (2012) reforçam a ideia de que muitas vezes as diferenças de gênero entre crianças e a estruturação dos papéis diferenciados de meninos e meninas é justificada pela biologia. Porém, gênero se caracteriza como uma categoria social e o sexo é biológico.

O termo gênero, classificação construída pela sociedade, contribui para acentuar as diferenças entre indivíduos de sexos opostos. Dessa forma, o conceito de gênero abrange as “características psicológicas, sociais e culturais que são fortemente associadas com as categorias biológicas de homem e mulher” (NOGUEIRA, 2001).

Conforme Jesus (2013), identidade de gênero é a forma como a pessoa se identifica, que pode ou não estar em harmonia com o gênero que lhe foi atribuído ao seu nascimento, ou seja, uma pessoa pode nascer com um sexo biológico (homem ou mulher) e se identificar, se reconhecer com o gênero oposto (masculino ou feminino). Já a orientação sexual é atração afetivo-sexual por outrem, é uma experiência interna relacionada à sexualidade (heterossexual, homossexual ou bissexual). Com isso, identidade de gênero e orientação sexual são dimensões distintas, que não devem ser confundidas.

A importância na definição desses termos se dá a partir da concepção de que a sexualidade humana não se restringe apenas a um corpo que possibilita a reprodução, que engravida, que adoece e que se previne. É uma construção pessoal/social que se estrutura ao longo da vida, num processo contínuo, complexo e particular, que abrange aspectos biológico-fisiológicos, psicológicos, sociais, culturais e históricos, e que pode ser experimentada a partir de diversas possibilidades em relação às orientações sexuais (hétero, homo e bissexualidade) e às identidades de gênero (percepção subjetiva de ser masculino ou feminino, conforme o convencionalmente estabelecido) (BAILEY, 2016; CAMPOS, 2015).

Segundo essa conjuntura, as crianças que não se encaixam dentro das perspectivas e premissas que a sociedade dita em relação às normas de gênero e ao que vem a ser a representação social da figura do masculino e do feminino, são vítimas de discriminação (SILVA; BEZERRA; QUEIROZ, 2015).

Segundo Paterno (2013) o impacto social e político que tais comportamentos poderão provocar uma normalização permeada de estereótipos acerca do corpo da criança. Ao saber o sexo da criança, espera-se que ela desenvolva todos os papéis e siga toda carga biopolítica resignada historicamente. Os que negam o modelo socialmente imposto, geralmente vivem em um exílio ou ainda em uma longa vivência de ensinamentos pelas coisas do masculino e feminino, sempre em relação ao sexo biológico e a cultura heterossexual, sem considerar a orientação e subjetividade do sujeito.

O gênero, por ser uma construção cultural e hierarquizada, que gira em torno de diferenças percebidas nos corpos sexuados, se torna uma ferramenta analítica e política (FERNANDES, 2009), que se utiliza de diversos instrumentos e estratégias para ensinar o que é ser homem e mulher. Com isso, essa hierarquização e classificação de práticas sexuais expressam a supremacia de modelos de sexualidade.

Há aqueles modelos que são considerados como ideais e, portanto, reconhecidos não apenas na sua legitimidade mas aqueles que concretizam a vigência de um padrão tido como normal. Ao mesmo tempo, tais modelos

operam de forma a estigmatizar os outros modelos de sexualidade que diferem deles (SILVA et al., 2016, p. 8).

Conforme aborda Sarmiento (2007), a identidade de gênero costuma estar estabelecida desde muito cedo. Um ponto de dificuldade para ela é, justamente, a pouca idade e como está submetida às ações dos mais velhos, à aquisição de seus hábitos culturais e sociais, historicamente elaborados em bases heterossexuais, poderá ser considerada invisível por muitos sujeitos.

Ao se atribuir interpretações para a diferença sexual, qualificando e valorizando diferentemente atributos femininos e masculinos, as mais diversas culturas e sociedades transformam esta diferença em uma expressa massa de desigualdades que permeia todas as dimensões da existência humana, inclusive nos modos de adoecer e morrer (FERRAZ; KRAICZYK, 2010). Como resultado, em meio à dinâmica social da atualidade, a discriminação contra essa população ainda está em pauta, de forma explícita ou velada, impondo limites importantes à sua proteção, garantia de seus direitos fundamentais à vivência plena de seus modos de vida.

Assim, é relevante destacar que discursos normativos que, por sua vez, possam reproduzir qualquer tipo de exclusão social devido a sexualidade, devem ser enfrentados e desconstruídos. Neste sentido, é importante também entender que a discriminação é possível de ser superada na medida em que se promovam caminhos para que os sujeitos assumam a autonomia e liberdade no exercício da sexualidade, apesar da heteronormatividade reproduzir, ainda, a discriminação sexual. É preciso entender que a cidadania está conectada ao reconhecimento do sujeito sexual, que deve ser protagonista e regulador de sua trajetória afetivo-sexual. A resistência à discriminação se dá na valorização e reconhecimento do protagonismo e legitimidade do sujeito, apesar das normatizações dos discursos produzidos no âmbito da família, da comunidade religiosa, da escola, da rede de amigos ou das diversas instituições sociais (SILVA et al., 2016).

3.2 Reflexões Acerca da Transexualidade, Homossexualidade e Políticas Públicas Voltadas à População LGBT

As primeiras identidades de gênero são identificadas em narrações míticas, cosmológicas e cosmogônicas no que diz respeito à origem e criação de homens e mulheres, narrativas enriquecidas por determinismos de poder e simbologias de diferenciação entre ambos os sexos (NUNES; SILVA, 2000).

Na identidade de gênero são impostos pela sociedade diferentes valores, padrões de comportamento e características ditas como “naturais” aos sexos. Tudo que foge a essas características consideradas “ideais” sofre um processo, às vezes oculto e velado, de discriminação. Nesse contexto, criam-se os estereótipos que, por sua vez, são crenças socialmente distribuídas a respeito dos membros de uma categoria social, que se referem às suposições sobre a homogeneidade conjunta e aos padrões comuns de comportamento dos sujeitos que pertencem a um mesmo grupo social (ANJOS, 2000).

Sendo assim, pode-se apreender que o corpo com que a pessoa nasce não determinaria seu papel social, mas sim o conjunto cultural da sociedade em que está inserida.

Nesse cenário, os discursos médicos e das ciências que foram precursores na delimitação das fronteiras entre o que é normal e o patológico no campo das identidades sexuais, estabeleceram assim uma necessidade de compatibilidade entre a identidade de gênero e a anatomia (FERRARI; CAPELARI, 2014).

Com isso os adjetivos entre gêneros passaram a ser interpretados como doenças e pessoas que se identificavam como membros do sexo oposto a seu sexo biológico tornaram-se objeto de estudos exclusivos da medicina (BENTO, 2008).

É importante destacar que, antes de 1950, não havia definições específicas para transexuais, ou diferenciação entre transexuais, travestis e homossexuais, e só a partir desse período é que se iniciou a construção do conceito de transexualidade (SANTOS; CRUZ, 2014).

Em 1987, a transexualidade foi chamada a princípio de transexualismo, foi inserida no Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders – DSM III (Manual Diagnóstico e estatístico das Desordens Mentais) para os sujeitos com “disforia de gênero”. Em 1994, o DSM-IV trocou o termo Transexualismo por Desordem da Identidade de Gênero, que também pode ser encontrado no CID-10 (Classificação Internacional de Doenças) e na sua última versão, em 2001, o DSM trocou “Desordem” por “Transtorno de Identidade de Gênero”. Atualmente, a transexualidade é classificada como um transtorno de identidade de gênero. (ATHAYDE, 2001; BENTO, 2008; CASTEL, 2001; GARCÍA, 2009).

Seguindo esse contexto, a homossexualidade também era vista aos olhos da sociedade como um todo, como algo patológico e contrário à estruturação biológico-fisiológica dos seres humanos, contudo, essa situação foi revertida.

Em 1973 a Associação Psiquiátrica Americana considerou que a homossexualidade não é uma doença; dois anos mais tarde, em 1975, a Associação de Psicologia Americana chegou à mesma conclusão. Em 1987, a terceira edição do Manual Diagnóstico e Estatístico dos Distúrbios Mentais já não contemplava a homossexualidade como uma parafilia. No ano de 1993, a

Organização Mundial de Saúde através do CID-10 não apresentava a homossexualidade enquanto doença (MATIAS, 2007, p. 149).

Com isso, retirar o estigma da patologização é dizer que a transexualidade é uma questão de gênero e não de doença, é reconhecer que os homossexuais são pessoas que simplesmente são como são, mas que por ser assim não são doentes. Em outras palavras, busca-se a despatologização de ambas para que não sofram ou pelo menos diminua a discriminação direcionada a esses grupos (DIETER, 2012).

No Brasil, como forma de fazer frente ao preconceito e discriminação históricos direcionados a esses grupos, surgem os movimentos sociais organizados por essa parcela populacional e por grupos interligados, hoje reconhecidos como Movimento LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros) Brasileiro, em cujo desenvolvimento tramita um conjunto de reivindicações, entre as quais: a livre expressão de sua orientação sexual, a mudança do nome em documentos de identidade, o acesso a políticas de saúde e a proteção do Estado frente à violência motivada pelo preconceito (CARRARA, 2010).

Moscheta (2011) aborda que em consonância com a demanda de acesso à saúde, foi instituída a Política Nacional de Saúde LGBT, por meio da portaria nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011. Na referida publicação, o conceito de determinação social no processo saúde-doença é tomado como organizador das políticas em saúde, permitindo conceber a eliminação de todas as formas de discriminação que geram violência contra a população LGBT como uma ação favorecedora de saúde.

Dada a sua relevância, tal política surge como um divisor de águas para as políticas públicas de saúde no Brasil, destaca-se como uma conquista no reconhecimento da vulnerabilidade e das demandas próprias desta população, bem como na luta pela eliminação de homofobias e demais formas de discriminação que geram violência contra gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais (BRASIL, 2013).

3.3 Dimensão da Legitimidade da Fala dos Sujeitos

O ato de narrar é constitutivo da condição humana, e faz referência a uma faculdade que demarca muito além da mera intensão comunicativa. Narramos sob as mais diversas condições e sobre temas os mais variados, atendendo à demanda por expressar e transmitir nossas experiências ou mesmo as experiências de outros que nos foram, por sua vez, narradas.

Conforme salienta Lima et al. (2014), é pela mediação da fala que o sujeito traduz e comunica aos outros seus conhecimentos bem como as experiências que se dão na relação com

as coisas que constituem seu mundo externo e interno. Auxilia-nos a pensar a questão da experiência em sua relação com o ato narrativo, pontuando inicialmente que, entre tantas acepções, é particularmente promissor o entendimento da experiência como uma forma de saber, que, enquanto tal, advém daquilo que aprendemos em nossa trajetória de vida. Nesse processo, a verdadeira experiência pressupõe a estruturação interna do que é vivenciado, de tal maneira que passam a integrar a constituição da subjetividade.

Ou seja, é da ordem da experiência aquilo “que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca”, aquilo que nos mobiliza internamente, “não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca” (BONDÍA, 2002).

Mais uma vez Lima et al. (2014) esclarece que a experiência tida como forma de saber é estruturada por dois polos: o polo objetivo, que se articula ao objeto da experiência; e o polo subjetivo, relacionado àquilo que o sujeito expressa acerca do que viveu e descobriu quando de seu encontro com os objetos da experiência. O objeto da experiência em si admite possibilidades variadas. A experiência, por sua vez, se dá na comunhão do sujeito com o objeto que é interiorizado no ato de conhecer.

De acordo com Betts (2005), a possibilidade de expressão posta em curso como o desenvolvimento da teoria psicanalítica é responsável por reordenar a histórias do sujeito. Assim sendo:

A história do sujeito, que se reordena através da fala endereçada ao interlocutor, na medida em que haja escuta, se reescreve. É possível lembrar a história do sujeito e resgatar sua verdade porque ela está escrita em outro lugar, como mencionado acima. Mas é preciso que seja falada para que o que está escrito possa se reescrever (p.36).

Como consequência muito natural desse processo, o lugar conferido à fala é capaz de conferir um novo lugar ao sujeito que fala, o qual passa a figurar como protagonista no cenário terapêutico. Betts (2005) mais uma vez nos ajuda a discutir essa questão quando afirma que “O fio da narrativa é tecido pelo ego, pelo indivíduo que se considera autônomo, senhor das palavras, da verdade e do destino”, e é preciso que o interlocutor o reconheça como tal, pois é desse indivíduo que partem as demandas, e é a ele que elas devem retornar, como histórias reescritas pelo seu protagonismo.

As considerações aqui postas em relação à fala no ambiente analítico podem ser naturalmente expandidas para os cenários de cuidado em geral, na medida em que se reconheça o protagonismo dos sujeitos nesses espaços como única forma possível de identificar e compreender suas necessidades de vida e saúde.

No contexto da abordagem de gênero, a investigação desenvolvida por Meneguel e Iñiguez (2007) evidenciou que as narrativas podem constituir recursos que ajudam a enfrentar mecanismos de exploração/dominação, pois, narrando o sujeito resgata memórias, atualizando-as e remodelando-as segundo a ótica do presente e dando outro significado às experiências, ao mesmo tempo em que desenvolvem estratégias de resistência e enfrentamento.

Com base nessas experiências, é possível afirmar que o estudo da narrativa oferece uma possibilidade de desenvolver um entendimento da condição de saúde e doença que não pode ser alcançada por outros meios, uma vez que promove a construção e reconstrução de experiências às quais os sujeitos atribuem significado. Assim, a compreensão do contexto narrativo das condições de adoecimento fornece uma estrutura de base para abordar os problemas dos pacientes de forma integral, revelando opções de diagnóstico e de terapêuticas (GREENHALGH; HURWITZ, 1999).

Esse recurso linguístico tem sido aplicado na área de saúde, marcadamente no âmbito da formação e da prática médica, seja através da narrativa de estudantes de medicina e médicos (sobre si mesmos e suas experiências profissionais), seja a partir do relato da experiência de adoecimento na ótica de quem o vivencia, o que sugere que o ato narrativo fornece subsídios importantes para a significação e enfrentamento dessa experiência. Destacam-se, ainda, experiências por meio das quais o texto literário, narrativo, é utilizado como elemento mediador da significação da experiência no processo de adoecimento, cura e enfrentamento da morte, promovendo reflexões e aprendizagens (BENEDETTO, 2010; LIMA et al., 2014).

É razoável supor que os estudos narrativos dão abertura ao exercício de diferentes orientações teórico-metodológicas em relação à produção do conhecimento e reformulação de práticas, que podem ser exploradas no campo das ciências sociais e humanas em saúde, não sendo à toa sua aplicação cada vez mais frequente (ONOCKO-CAMPOS et al., 2013; CASTELANOS, 2014).

De acordo com Souza e Carreteiro (2016), as narrativas de vida enquanto método de pesquisa e intervenção, de modo geral, possibilitam a manifestação da expressão dos sujeitos, situando histórias de vida e permitindo o reconhecimento da singularidade das trajetórias e da complexidade de fatores que incidem sobre cada experiência narrada, seja ela pautada em uma vivência real ou mesmo fictícia.

Nessa direção, como um instrumento inerente à socialização, a narração surge não apenas como um simples ato comunicativo, mas sim como um processo de troca e construção de saberes e experiências. São, portanto, recursos que guardam o potencial para se repensar concepções e práticas em saúde, em direção a um cuidado integral nos moldes do que foi

proposto para o reordenamento do modelo de atenção à saúde no Brasil, e as narrativas de vida, nessa circunstância, auxiliam na compreensão das faces da subjetividade e os principais entraves relacionados à identidade de gênero e orientação sexual na infância perante os rótulos preestabelecidos na sociedade como um todo.

4 MÉTODO

Entende-se que a pesquisa consiste basicamente em uma investigação organizada, crítica, sistemática e científica que, baseada em dados observados e/ou produzidos, utiliza métodos ordenados para responder perguntas e solucionar problemas. Conseqüentemente, a metodologia da pesquisa configura-se como instrumento relevante nesse contexto, pois tem como papel fundamental guiar o processo e etapas de uma pesquisa a ser realizada (POLIT; BECK, 2011; TOLEDO; SHIAISHI, 2009).

4.1 Tipo de Estudo

O presente estudo possui cunho descritivo e transversal, de abordagem qualitativa. Com base em Minayo (2012), a opção pela metodologia qualitativa baseia-se no fato de o estudo em questão trabalhar com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes dos sujeitos, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não é passível de mensuração. Todos esses elementos se constituem enquanto produto da interpretação que os sujeitos fazem diante da realidade, de como vivem, sentem e pensam.

As pesquisas descritivas têm como objetivo estudar as características de um determinado grupo ou fenômeno, como também possui a finalidade de identificar possíveis relações entre variáveis (GIL, 2010).

O estudo transversal, de acordo com Polit e Beck (2011), é aquele em que a coleta dos dados da pesquisa é realizada num único instante no tempo, obtendo um recorte momentâneo do fenômeno investigado.

A abordagem qualitativa tem sido frequentemente utilizada em estudos voltados para a compreensão da vida humana em grupos, em campos como sociologia, antropologia, psicologia, dentre outros das ciências sociais e estas, conseqüentemente, influenciam fortemente a pesquisa qualitativa no âmbito da enfermagem (DENZIN; LINCOLN, 2017; POLIT; BECK, 2011).

Como uma ferramenta de consolidação analítica, optou-se como aporte teórico no presente estudo, as Narrativas de Vida. Estas, por sua vez, conforme Pinto, Carreiro e Rodriguez (2015), buscam analisar as interações existentes entre os aspectos subjetivos, familiares, sociais e históricos, destacando as contradições, os conflitos, as experiências e vivências de cada indivíduo.

As entrevistas narrativas caracterizam-se como instrumentos que possibilitam vislumbrar a profundidade de aspectos específicos, a partir das quais emergem histórias de vivências, tanto do entrevistado como as entrecruzadas no contexto situacional. Esse tipo de entrevista visa encorajar e incentivar o sujeito entrevistado a relatar algo sobre algum acontecimento importante de sua vida e do contexto social (BAUER; GASKELL, 2003).

Por meio dela, o sujeito expressa sua singularidade, assim como traços dos contextos onde está inserido, dos processos de socialização que vive e de seu convívio com os grupos (MACHADO, 2015; PINTO; CARRETEIRO; RODRIGUEZ, 2015).

Portanto, acredita-se que tal concepção tem como fundamental objetivo resgatar memórias e, com isso, fazer com que elas sejam reconstituídas e reelaboradas diante dos novos sentidos que se lançam. Contar sua história, possibilita que o sujeito possa expressar suas experiências e anseios que foram outrora vivenciados e, por meio disso, proporcionar a construção de material para suporte analítico.

4.2 Local e Período de Realização do Estudo

O estudo foi realizado junto a um coletivo representativo do público LGBT, em um município no interior do Piauí, localizado na região do Vale do Guaribas, envolvendo sujeitos integrantes da entidade, no período de março a outubro de 2017.

O coletivo escolhido surgiu a partir da inquietação do referido público com a falta de representatividade e de políticas públicas abrangentes e eficientes que atendessem, de fato, suas demandas. Fundado no ano de 2016, hoje conta com, pelo menos, 50 integrantes. O mesmo não possui uma sede física, porém, são realizadas reuniões mensais em uma praça pública com todos os integrantes para se discutir as principais problemáticas e ações do grupo que, tem como objetivo principal renovar as políticas públicas para esta população na cidade.

A escolha desse grupo se deu exatamente por uma maior representatividade e acessibilidade aos indivíduos sujeitos do estudo, já que se caracteriza como um agrupamento da classe, tornando viável o contato com os estes sujeitos para o desenvolvimento da pesquisa.

4.3 Sujeitos da Pesquisa

Para a efetivação da pesquisa, foram convidados todos os integrantes do coletivo com idade igual ou superior a 18 anos vinculados a uma entidade representativa dos direitos LGBT.

Tendo como critérios de inclusão aqueles que forneceram disponibilidade e anuência a participar da pesquisa.

Foram realizados encontros individuais com os sujeitos, e o número de participantes foi definido a partir da saturação teórica¹ do estudo, perfazendo um total de seis participantes (dois gays, uma lésbica, uma bissexual, uma travesti e um transgênero).

4.4 Produção do Material Empírico

A produção do material empírico se deu a partir da realização de entrevista semiestruturada, que compreende uma técnica de interação social utilizada com objetivo de obtenção de dados, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender a indagação formulada, garantindo a manutenção do seu foco pelo entrevistador (MINAYO, 2012).

No estudo em questão, a entrevista foi formulada com questões abertas, a fim de apreender as histórias de vida que compuseram o material de análise, estruturado como narrativa. O recurso às abordagens narrativas em pesquisas de cunho qualitativo possibilita, por meio da expressão oral dos indivíduos, descrever e compreender experiências vividas e diferentes visões do sujeito em um dado contexto, procurando reconstruir os acontecimentos considerados importantes (CAMPOS et al., 2013; GIL, 2010).

Em seguida, mediante a apresentação da proposta do estudo e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE A), foi realizada a aplicação do instrumento de produção de narrativas de vida (APÊNDICE B) elaborado especificamente para realização desta investigação, com a finalidade de conduzir a entrevista e focar nos objetivos do estudo.

As entrevistas foram realizadas em uma sala de uma instituição de ensino superior à qual a equipe de pesquisa está vinculada, reservada exclusivamente para essa atividade. Os entrevistadores foram treinados por uma psicóloga para, de forma mais acolhedora e tecnicamente respaldada, abordar os sujeitos da pesquisa. A equipe de pesquisa foi organizada de modo que, no momento da entrevista, alguns destes membros ficaram na porta da sala controlando o trânsito de pessoas de modo a resguardar os sujeitos e evitar possíveis

¹ De acordo com Denzin e Lincoln (2017), ela se dá quando o pesquisador identifica e cogita a possibilidade de descartar alguns dados coletados, já que estes não contribuem mais de maneira efetiva e significativa para a elaboração teórica pretendida. Ou seja, ocorre quando há uma repetição de dados.

interrupções e constrangimentos. Durante a realização da entrevista as narrativas foram gravadas e posteriormente transcritas.

4.5 Análise do Material Empírico

Para realizar a análise do material empírico, foi utilizado o método de análise de discurso na vertente proposta por José Luís Fiorin (2007).

A análise de discurso compreende uma proposta de análise de linguagem que articula o materialismo histórico, a linguística e a teoria do discurso, perpassadas por uma Teoria da Subjetividade, de base psicanalista. Tem como objetivo promover uma reflexão e problematização das condições de produção e apreensão de significados, tendo em vista compreender o modo de funcionamento, princípios de organização e formas de produção de sentidos nos textos analisados. Para tanto, pressupõe que toda formação discursiva existe à dependência das formações ideológicas (MINAYO, 2010).

Nessa perspectiva, o texto é um todo organizado de sentidos e um objeto integralmente linguístico e histórico, cuja estrutura comporta três planos distintos que deverão ser apreendidos na análise: o plano superficial, lugar dos significados mais concretos e diversificados; o plano intermediário, onde são definidos os valores com os quais os sujeitos entram em acordo ou desacordo; e o plano profundo, dos significados mais abstratos (FIORIN; SAVIOLI, 2002).

A análise do discurso se desenvolve, pois, no nível semântico, cujos elementos expressos em um dado contexto histórico constituem o modo de ver o mundo de uma dada conformação social (FIORIN, 2007).

Para maior clarificação da análise e discussão do material, o mesmo foi dividido em três eixos estruturais, que foram elaborados a partir do material coletado possibilitando a identificações dos sentidos nos textos, que compreendem: Identidade de gênero: reflexões acerca do reconhecimento e construção do eu; Implicações sobre as experiências no contexto familiar; e a Relação com o meio social: o papel da escola.

4.6 Aspectos Éticos e Legais

O presente estudo foi submetido à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Piauí (CEP/UFPI) e aprovado com o número de parecer 2.247.323 (ANEXO A), cumprido as exigências formais dispostas na Resolução 466/12, do Conselho

Nacional de Saúde (CNS), que estabelece as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.

Os participantes do estudo foram devidamente esclarecidos quanto aos objetivos e metodologia da pesquisa e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE A), resguardando-lhes o direito de continuar ou desistir da pesquisa em qualquer momento, dando-lhes, também, a garantia ao anonimato de forma que não traga prejuízos ou riscos aos mesmos. Vale ressaltar que a coleta de dados do estudo foi realizada mediante autorização institucional da entidade (ANEXO B).

4.7 Riscos e Benefícios

Entende-se que a natureza da presente investigação permitiria a exposição dos sujeitos a riscos nos casos em que houvesse a quebra do sigilo das informações coletadas. Tendo em vista a possibilidade de falar sobre questões relativas à subjetividade, que podem, eventualmente, gerar sofrimento, são reconhecidos os riscos psicológicos bem como riscos de constrangimento inerentes à pesquisa.

A fim lidar com estes possíveis riscos, a equipe de pesquisa contou com a participação de uma psicóloga que ficou responsável por orientar os entrevistadores acerca de abordagens que favoreçam o acolhimento dos sujeitos, por dar suporte psicológico aos sujeitos de pesquisa, bem como para fazer eventuais encaminhamentos pelo período que for necessário e sem nenhum custo para os participantes. Contudo, ao assumir a responsabilidade no desenvolvimento da pesquisa a equipe envolvida assumiu também um compromisso ético em relação ao material produzido, em sua coleta, análise e divulgação, de modo a resguardar os direitos dos sujeitos de pesquisa.

Espera-se como benefício, a partir dos resultados obtidos com a presente investigação, contribuir na ampliação de debate acerca das vivências, experiências e vulnerabilidades que, de certa forma, cercam a população LGBT. No contexto de ensino e atuação da enfermagem, busca-se principalmente o que diz respeito ao desafio de garantir a proteção integral a esses sujeitos, cuja identidade de gênero e orientação sexual, muitas vezes reconhecidas e expressas desde as fases mais iniciais da vida, estão em desacordo com a heteronormatividade determinada socialmente, refletindo em dificuldades e obstáculos ao atendimento de suas demandas específicas.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção serão apresentados e discutidos os resultados de acordo com eixos estruturais que foram obtidos a partir do material empírico elaborado, considerando-se, ainda, os objetivos do estudo e a literatura pertinente ao tema, conforme se pode apreender a seguir.

5.1 Identidade de Gênero: Reflexões Acerca do Reconhecimento e Construção do Eu

Este eixo aborda as concepções dos sujeitos acerca da construção sexual e de identidade, a inquietação sobre reconhecer-se diferente, bem como essa diferença, quando identificada pelos outros, gerava discursos de opressão e imposição de condutas que a negavam.

A construção da identidade segue sendo elaborada ao longo da vida, e resulta das representações que os indivíduos desenvolvem a respeito de si próprio a partir de suas vivências. É uma súmula particular e pessoal sobre si, o que inclui dados pessoais, trajetória pessoal, atributos que os outros lhe conferem permitindo uma reflexão e representação de si mesmo (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2008; REIS; PINHO 2016).

Trata-se de um processo complexo em suas mais variadas nuances, com especial destaque para a sexualidade, dadas as suas características intrínsecas e os tabus e valores morais que a sociedade confere a esse aspecto particular. Desse modo, tudo aquilo que somos, pensamos, fantasiemos, desejamos e fazemos em nível sexual é o resultado de um processo contínuo de aprendizagens, vivências, interações e reflexões, que permeiam todos os círculos de vida e atividades humanas (VAZ, 2013).

A criança nasce com o sexo (homem/mulher), porém a elaboração de sua sexualidade se dá através de seus costumes, seus vínculos e relações afetivas. Na sociedade onde está inserida apreende princípios que ensinam a lidar com o gênero (feminino/masculino), com o corpo, com a identidade e com a orientação sexual. A história de cada um é construída, portanto e também, a partir de um sistema de valores que informa as peculiaridades do meio social em que vive. No que se refere à sexualidade, esses valores terminam sendo, em grande parte, repressivos e normativos, pautados em referências morais, religiosas, comunitárias, entre outros referenciais ideológicos que influenciam na sua expressão (SCHINDHELM, 2011).

Assim sendo, a expressão da sexualidade dos sujeitos desde a infância encontra-se intimamente assentada em uma base orientada à homogeneidade heterossexual, de maneira que aqueles que se reconhecem fora dessa “norma” geralmente são forçados a viver na fronteira da transgressão, situando suas vivências nesse âmbito sob o signo da diferença (LOURO, 2008).

No contexto do presente estudo, os sujeitos expressaram claramente que se reconheciam desde muito cedo como diferentes dos demais no que se refere à identidade sexual.

(...) eu não me encaixava, era uma imposição (...) ele (pai) queria que eu seguisse todos os padrões heteronormativos (Entrevistado 1- gay).

A esse respeito é importante destacar que não se trata meramente de se ver como diferente, tendo em vista que a diferença é própria do humano em sua complexidade, mas, especialmente, de reconhecer essa diferença por referência à imposição de padrões comportamentais socialmente delimitados, necessariamente externos à subjetividade dos indivíduos. Ou seja, eles se viam como diferentes na medida em que eram cobrados para assumir uma identidade diferente daquela que caracterizava sua subjetividade.

Com essa reflexão, Silva, Bezerra e Queiroz (2015), observaram que a partir do momento em que tais sujeitos começaram a manifestar condutas que demarcam essa diferença, emergem experiências de exclusão que costumam ter origem dentro da própria família. Para Santos et al (2016) esse tipo de posicionamento normalmente está pautado numa visão preconceituosa e heteronormativa, por meio da qual não são reconhecidas a singularidade e subjetividade de cada sujeito, bem como os modos de viver e interagir no mundo que não se adequam àquilo que é socialmente aceito e legitimado.

Destituir a criança de suas possibilidades de expressão e introduzi-la em um padrão identitário que fere sua individualidade constitui uma violência. A construção de corpos heterossexuais não pode ser imposta como obrigatoriedade legal, pois envolve, simultaneamente, as dimensões coletiva e individual. Assim, “nem a cultura é um ente abstrato a nos governar, nem somos meros receptáculos a sucumbir às diferentes ações que sobre nós se operam” (GOELLNER, 2008, p. 39).

Há que se reconhecer que a criança é um sujeito em permanente relação com a sexualidade, com a descoberta e com o reconhecimento do corpo. Segundo Paterno (2013), algumas demonstram e percebem uma orientação diferente do seu sexo, chegando, por exemplo, desde muito cedo, a argumentar que estão no corpo errado. Em um estudo realizado por Azevedo, Comin e Spizzirri (2015), através do qual buscou-se conhecer as vivências de uma jovem travesti, pôde-se identificar que a mesma se percebeu diferente das outras crianças, mas não sabia explicar, experiência essa semelhante ao que foi relatado pelos sujeitos do estudo.

(...) que eu era uma criança diferente eu era, mas eu não parava e refletia, pois eu não entendia (Entrevistado 2- gay).

Na verdade, eu sempre soube que eu era de alguma forma diferente das outras pessoas, das outras crianças (...) percebi que tinha algo diferente em mim, só que eu não sabia explicar o que era (Entrevistado 3- bissexual).

(...) desde pequena eu sabia que tinha algo diferente, uma coisa estranha em mim, só não sabia o que era. Eu não me reconhecia no meu corpo (Entrevistado 5- transgênero).

É razoável supor que esse estranhamento ao qual se referem seja comum à maioria das crianças no trilhar natural em direção à construção da identidade nesse período, pois o sentimento de estranheza não se dá somente pelo reconhecimento de sua sexualidade ou por seus possíveis investimentos objetais, mas pela pluralidade de predicados utilizados para dar sentido e atribuir identidades ao Eu (BARRETO; CECCARELLI, 2015). Soma-se a isso o fato de as vivências da infância ocorrerem muitas vezes sem que os sujeitos possuam elementos para atribuir significado a elas, e, portanto, explica-las. Não obstante, os relatos permitem considerar também a possibilidade desse estranhamento ser muito próprio ao processo de construção de identidades que fogem à norma, na medida em que os sujeitos referem que esse estranhamento encontra-se intimamente relacionado às demandas externas para que assumissem uma conduta heteronormativa.

(...) eu não fui ensinada desde pequena que isso poderia acontecer, que existia a transexualidade, eu não tinha o contato com esse tipo de situação, nem imaginava que poderia aparecer na minha vida. Então, era um caminho que eu seguia e percorria de acordo com todas as regras que eu aprendia na escola e em casa, onde eu tinha que ser uma menina, que eu tinha que vestir vestidos e ter o cabelo grande e penteado (Entrevistado 5- transgênero).

Observa-se, portanto, que, ainda que inscritos na diversidade, tais sujeitos terminam por se adequar a padrões identitários diferentes daqueles que informam sua subjetividade, tendo em vista que não possuem elementos suficientes para compreender as particularidades dessa diferença. São vivências confusas que geram conflitos internos e externos, marcadas pela determinação social de modelos de certo e errado, do normal e do diferente em relação às percepções de gênero. Como resultado natural, eventuais tentativas de expressão de desejos em direção à real identidade, “transgressora” da norma, terminam por ser alvo de punição do meio, gerando culpa nos sujeitos.

Meu cabelo sempre foi grande. Quando eu tinha dez anos, um dia minha mãe me levou pra cortar o cabelo e saiu, me deixou lá com o cabelereiro, aí eu pedi pra ele cortar bem curtinho. Eu nunca vou esquecer da surra que eu levei. Quando ela chegou o cabelo já estava curto. Mas eu gostava de mim daquele jeito, só não entedia o porquê. Me senti culpada, pois achei, naquele momento, que tinha feito algo errado. Porque meninas não podiam usar cabelo curto (Entrevistado 5- transgênero).

Para Anacleto e Maia (2009), as imposições sociais às diferentes formas de expressão de gênero geram conflitos justamente porque a criança reproduz a ideia do que se é menino, menina e suas diferenças ditadas pelo meio, e em seu cotidiano constroem comportamentos

baseados no que é esperado – e tolerado – para cada função social dos gêneros masculino e feminino e as relações que se instituem entre esses binarismos.

Esses conflitos internalizados são marcados por sofrimento intenso, pois, conforme Pino (2005), ao mesmo tempo em que são cobrados a seguir normas externas, tem a necessidade de atender aos desejos e inquietações internas.

Pra mim foi muito conflitante, digamos que foi uma fase super depressiva, porque havia uma depreciação da minha pessoa, e eu tentava ao máximo desvencilhar, sair, fazer alguma coisa que me desse essa liberdade (Entrevistado 1- gay).

Inicialmente eu fiquei confusa porque a gente sempre tenta evitar que seja isso (...) eu tive medo e uma confusão interna (Entrevistado 3- bissexual).

Eu não sabia como lidar, foi assustador (...) a mente da pessoa fica muito bagunçada, a gente fica muito perturbada (...) você fica se perguntando “será realmente que eu sou esse monstro?”, “Será que realmente eu irei ser condenada por isso?”, então as vezes eu fico pensando assim (Entrevistado 5- transgênero).

De acordo com Hatzenbuehler e Pachankis (2016), alguns indivíduos, ainda na infância, aprendem a antecipar a rejeição e o preconceito por causa de experiências anteriores desenvolvendo estratégias de enfrentamento, a título de defesa, que envolve, por exemplo, a negação de sua identidade e adequação às demandas externas, como se observa no relato seguinte.

(...) eu fingia ser outra pessoa, eu tentava ser como as outras meninas, eu sempre tentava entrar nas conversas e coisas de meninas, e isso tudo foi feito pra não eu sofrer preconceito por meio daqueles que tinham a mente fechada, pois o preconceito dói muito (Entrevistado 4- lésbica).

Embora possa servir como uma experiência positiva a curto prazo, essa estratégia se mostra ineficiente, estando associada a uma série de consequências psicológicas a longo prazo, incluindo sintomas depressivos, afeto negativo e ansiedade, baixa autoestima e tensão psicológica.

Para Miskolci (2012), a constituição de sujeitos subalternos marca profundamente um território permeado de diferenças. Estas, por sua vez, podem vir a se constituir como um campo de vivência de desigualdades e injustiças que caracterizam grupos socialmente marcados como inferiores, pois, “as minorias étnico-raciais, de gênero e sexuais explicitam maneiras tão diversas de vivenciar a diferença que tornam patente o fato de que, ainda que sejam mais ou menos relacionadas, cada diferença denota uma forma particular de opressão” (p. 28).

Essa realidade leva a crer que muitas crianças vivenciam dificuldades profundas nesse processo, sendo impedidas de vivenciar uma infância mais saudável em consequência das

crenças e costumes impostos pelos adultos mais próximos e pela sociedade como um todo. Como consequência, a falta de liberdade de ser pode provocar inibições na criança, condicionando-a a viver uma vida de desencontros e direcionada aos padrões de imposições sociais, com repercussões importantes sobre a vivência desse período tão importante.

5.2 Implicações Sobre Experiências no Contexto Familiar

Este eixo aborda como se deu a construção dos vínculos familiares, as vivências de ambas as partes frente a sexualidade tanto no período infantil como atualmente.

A família é o primeiro núcleo de relação da criança. Neste espaço, por questões culturais e sociais enraizadas acerca do que é ser menino e menina assumidas pelos seus integrantes como os padrões de referência, o confronto entre o socialmente esperado e a identidade reconhecida pelos sujeitos pode, a princípio, gerar conflitos e discursos de repressão e não aceitação. Nesse processo, a família, ao invés de acolher, pode se tornar o primeiro grupo de sociabilidade produtor de exclusão, onde tem início o rompimento de vínculos e o processo de estigmatização (SILVA; BEZERRA; QUEIROZ, 2015).

Em estudo proposto por Silva et al (2015), através do qual buscou-se compreender as relações entre orientação sexual e a família, os sujeitos relataram situações difíceis relacionadas à vivência da identidade sexual nos períodos iniciais da vida no contexto familiar, dificuldades que encontram ressonância nos relatos a seguir.

(...) desde pequena eu já demonstrava gostar mais de brincadeiras de menino, já apanhei muito de minha mãe por isso. Eu saía para brincar, jogar futebol, soltar pipa, fazer gaiola, caçava passarinho, saía para pescar. Sempre era uma briga dos meus familiares (Entrevistado 5- transgênero).

Na infância havia preconceito e repressão por meio de mãe, tios e outros familiares principalmente quando eu queria brincar com os meninos (Entrevistado 4- lésbica).

Meu tio sempre falava assim “olha, você tem que brincar com os meninos e não brincar de boneca” (Entrevistado 1- gay).

Cabe aqui destacar que os padrões socialmente delimitados sobre ser menino ou ser menina ora aparecem como uma referência importante, na medida em que permitem que os sujeitos transitem pela identidade na qual se reconhecem, ora como elemento de repressão, em ambos os casos sempre a depender do quanto se aproximam ou se afastam dos aspectos que caracterizam a identidade vivenciada. Nessa dinâmica, prevalece a “repressão” física e simbólica, através de brigas, surras, e várias formas de impedir que os sujeitos transgridam os padrões.

Assim, quando os sujeitos decidem revelar abertamente sua identidade de gênero aos familiares, logo emergem muitas dificuldades no que diz respeito à aceitação.

(...) foi um impacto, todo mundo ficou super assustado. Foi complicado, foi delicado (Entrevistado 2- gay).

(...) meus irmãos inicialmente, assim como minha mãe, foram super resistentes. Isso dificultou muito nossa relação (Entrevistado 3- bissexual).

(...) por minha família ser em sua grande maioria ser religiosa, alguns não aceitam, dizem que é questão de influência (Entrevistado 4- lésbica).

Mas, é curioso observar nas falas dos sujeitos que, com o passar do tempo, essas relações tornam-se, na sua grande maioria, harmoniosas, e o núcleo familiar começa a aceitar, respeitar e apoiar estes sujeitos.

(...) minha relação com meus familiares está toda esclarecida, tudo resolvido. Minha mãe me dá muito apoio, até compra umas “blusinhas” pra eu usar (Entrevistado 1- gay).

(...) minha relação com minha família hoje é bem tranquila, todos sabem da minha orientação sexual, todos me respeitam, não me questionam, se preocupam (...) no geral é uma relação muito saudável (Entrevistado 2- gay).

Minha família hoje, no sentido de pai, mãe e irmãos, é muito tranquila. Vivemos normalmente, conversamos abertamente (...) meu pai ainda não tinha visto ainda depois que eu comecei a mudar de identidade, aí quando ele me viu ele falou “Aeeee, meu filhão”, tipo, ele fez isso sem eu falar nada, ele me tratou super de boa, foi incrível (Entrevistado 5- transgênero).

Essa mudança ao longo do tempo leva a crer que do mesmo modo que os sujeitos necessitam superar os ditames sociais no que se refere aos padrões de gênero, a família também precisa amadurecer nesse processo, demandando tempo para elaborar sua compreensão, se desvencilhar desses padrões e aceitar seus entes como eles são.

Então é aquela coisa, eu preciso de tempo e preciso ter noção que as pessoas que estão do meu lado também precisam desse tempo, não é chegar impondo, é sensibilizar essas pessoas de que é uma forma como você se sente, que você não tem culpa, que você não escolheu aquilo ali. É realmente importante, mas que você também dê tempo para eles se adaptarem, porque quem realmente gosta de você, quem realmente está do seu lado, aceita (Entrevistado 5- transgênero).

Além disso, grande parte da resistência dos familiares em relação à identidade sexual expressa pelos sujeitos diz respeito a possíveis reações do meio que possam provocar neles algum sofrimento, ou seja, eles temem que o sujeito sofra em função da intolerância que pode advir do seu entorno. Logo, conforme Silva, Bezerra e Queiroz (2015), “as famílias não gostam que haja exposição na sociedade ou temem a incompreensão e rejeição social”.

(...) foi complicado, foi delicado, mas num geral foi tranquilo, apesar de eles terem uma preocupação de como seria minha vida dali pra frente (Entrevistado 2- gay).

(...) minha mãe me aceita, mas ela não gosta muito de tocar no assunto, não por ela, mas por conta do que as outras pessoas acham, ela tem medo de como as outras pessoas vão me tratar (Entrevistado 4- lésbica).

Ainda nesse processo, é particularmente interessante observar que quando há uma perspectiva de diversidade e respeito frente à construção da identidade sexual dos indivíduos no âmbito familiar, a realidade imposta pode se mostrar livre de conflitos e opressão, questionamentos e dúvidas sobre o que é ser diferente ou não.

(...) eu nunca me achei diferente, por conta de desde pequeno eu já ter aquele consentimento da família, achei que foi algo bem natural. Nunca passou por minha cabeça que eu era diferente ou que tinha algo estranho, justamente por isso, por minha família nunca ter me reprimido (Entrevistado 6- travesti).

Essa realidade foi observada por Silva e Oliveira (2015), em um estudo que buscou apreender as experiências de vida de pessoas transgênero, quando um dos sujeitos entrevistados relatou que, pelo fato de fazer parte de um ambiente familiar mais aberto, não sofreu represálias por parte dos familiares.

Sendo a família um sistema permeável, resultante da interação e interdependência entre partes constituintes, ou seja, de seus componentes e, por mais que a família aceite, ela teme a exposição de tais sujeitos tendo em vista possíveis atitudes incisivas da sociedade. Diante de tais pressupostos, a dificuldade da família e de alguns sujeitos aceitarem a própria orientação sexual está inserida em um contexto estruturado por crenças, tabus e construções sociais hierarquizadas. O que revela como os preconceitos socialmente mantidos na sociedade frente as formas como os indivíduos vivenciam sua sexualidade, colaboram ainda mais para as dificuldades na aceitação dos familiares.

5.3 Relação com o Meio Social: O Papel da Escola

Neste eixo serão abordados a dimensão social onde tais sujeitos estavam inseridos bem como se deu a relação entre ambos. Vale ressaltar que, a partir do material coletado para análise, os indivíduos destacaram a escola como o principal ambiente de construção dessas relações e, acima de tudo, aquele que proporcionou exclusão, discriminação e estigmatização nesse período.

A escola, como parte integrante da sociedade, reproduz relações de desigualdade entre meninos e meninas, entre brancos e negros, entre heretossexuais, pessoas LGBTs, e entre

cisgêneros. E sendo a escola o primeiro espaço de socialização, é nela que crianças e adolescentes podem começar a lidar com as diferenças.

De fato, o ambiente escolar é propício à apreensão da diferença já que integra, em um mesmo espaço, sujeitos diferentes/singulares (no que se refere, por exemplo, à estruturação familiar, religião, gostos, afinidades, entre outros). No entanto, tradicionalmente, essas diferenças são massificadas, e questões relacionadas à identidade de gênero são abordadas a partir dos padrões hegemônicos, assim como acontece com questões de identidade racial ou de classes desvalorizadas socialmente (ALTMANN, 2013). Conforme retratado no relato abaixo, a indivíduo revela que, por sofrer discriminação, agredia os outros colegas da escola como forma de defesa e era advertida pelos educadores.

Quando os meninos me chamavam de “macho e fêmea”, eu batia neles, eu ia sempre parar na direção da escola. E eu sempre fui advertida na escola por isso, porque tudo que eu queria fazer era relacionado a brincadeiras de homem e que eu não podia brincar com eles (Entrevistado 4- lésbica).

Conforme se observa, o comportamento agressivo da informante era na verdade uma reação ao *bullying*² do qual era vítima em função de sua identidade de gênero. Contudo, essa reação era meramente punida pela escola, sem que fossem investigadas suas razões. Desse modo, perdia-se uma oportunidade única de trabalhar entre os estudantes o respeito e tolerância à diferença, como forma de proteger os sujeitos cuja identidade foge à norma da violência e sofrimento, além de qualificar as relações dentro e fora da escola.

Silenciada, invisibilizada ou mesmo naturalizada, a violência sofrida por essas crianças se perpetua no cotidiano escolar. Conforme sugere Bento (2008), a partir de um estudo elaborado com a finalidade de retratar as experiências de transexuais no período escolar, que os processos de exclusão estão sim presentes nesse espaço, mas não ganham tanta visibilidade e seguem no anonimato.

(...) muitas pessoas começaram a olhar torto para mim, me xingar, me chamar de “bichinha”, de “viadinho”, de “baitolinha” (...) eu era excluído dos grupos de estudo da escola, dentro da sala de aula, porque além de eu ser homossexual eu era negro, e faziam chacota de mim tanto por minha sexualidade como por causa do meu cabelo e da minha cor. Isso marcou muito a minha infância (Entrevistado 1- gay).

(...) eu era chamada de “sapatão”, “machão”, essas coisas (Entrevistado 4- lésbica).

² Expressão que, segundo Constantini (2004), trata-se de um comportamento ligado à agressividade física, verbal ou psicológica. É uma ação de transgressão individual ou de grupo, que é exercida de maneira continuada por parte de um indivíduo ou de um grupo de jovens definidos como intimidadores nos confrontos com uma vítima.

Eribon (2008) ressalta que atitudes dessa natureza podem gerar reflexos negativos na vida dos indivíduos já no período infantil ou mesmo na vida adulta. Para o autor, xingamentos como “viado/sapata nojento(a)”, que até fazem parte do senso comum, não são simples palavras lançadas a esmo. São, na verdade, formas de agressão que marcam trajetórias de vida, são “traumatismos sentidos de modo mais ou menos violento no instante, mas que se inscrevem na memória e no corpo” (p. 4). E uma das consequências dessas injúrias é moldar a relação com os outros e com o mundo, e, conseqüentemente, moldar a personalidade, a subjetividade, o próprio ser.

Apesar do teor da vivência dos sujeitos nesse contexto, eles conseguem ter consciência da demanda por mudanças, problematizando claramente que caminhos essa mudança pode seguir em direção a uma maior compreensão e conscientização dos problemas supracitados.

(...) se a escola tomasse um partido em relação a isso, se tivesse uma participação da escola e conscientização, creio que os casos de homofobia seriam bem menores, porque as pessoas tomariam consciência e teriam mais respeito na escola (Entrevistado 3- bissexual).

(...) se tivessem essa consciência e soubessem respeitar o espaço da criança e dar autonomia pra ele, não podendo a construção da identidade desse sujeito, seria bem mais interessante a formação desse LGBT na sociedade, seria mais feliz e mais produtiva sua vida pessoa (Entrevistado 6- travesti).

A escola tem o dever de fomentar esse tipo de discussão, especialmente sobre a sexualidade, porque é uma coisa que todos os indivíduos vão vivenciar, e que é natural, mas, às vezes, a escola se omite nesse papel por considerar um tema delicado (Entrevistado 2- gay).

É por isso que a escola pode - e deve - combater as desigualdades, promovendo um espaço democrático e inclusivo, um espaço para todos e todas. Isso quer dizer que, ao reivindicar a tolerância às diferenças na identidade de gênero no processo educativo, reivindica-se um sistema escolar inclusivo, mais humano, um ambiente de convívio democrático onde tais diferenças não reproduzam desigualdades.

Trabalhar e abordar preconceitos e as práticas discriminatórias em relação à diversidade sexual e de gênero no espaço escolar é uma forma de demonstrar, concomitantemente, as faces dos processos de exclusão e repressão presentes em nossa sociedade, bem como é uma forma de pautar a existência de outras possibilidades de viver e de ser, e de lidar com a diversidade humana, em sintonia com a construção de éticas multiculturais e com a construção de uma cultura democrática e em diferentes espaços da vida social, incluindo o espaço escolar (DEMO, 2005).

Se o ambiente escolar, como parte da sociedade, pode reproduzir relações de desigualdade, isso mostra que muitas vezes a escola também reitera discursos que reforçam as

polaridades e assimetrias de gênero. Nesse processo, o preparo da equipe pedagógica para compreender e abordar a diferença no espaço escolar é fundamental. Para que cumpra esta função, o respeito à diversidade sexual nesse cenário é imprescindível, caso contrário, ela instaura práticas discriminatórias e heteronormativas que excluem ou invisibilizam diferenças. O relato a seguir é particularmente revelador nesse sentido:

(...) era como se os professores não soubessem dessa realidade, sendo que a orientação sexual e identidade de gênero foram algo que sempre existiu. É como se as pessoas vedassem os olhos com o passar do tempo, elas não queriam ver aquilo e não estavam prontas pra lidar com aquilo. E isso de certa forma ampliava o preconceito (Entrevistado 5- transgênero).

Em um estudo realizado por Madureira e Branco (2015), sobre as percepções de educadores em relação à implementação dessa temática em sala de aula, percebeu-se a dificuldade e receio deles em abordarem tal problemática, pois, “diante de tais obstáculos, parece que a melhor solução é o silêncio diante desta questão ou a adoção de uma abordagem superficial” (p. 9).

Isso revela que o sujeito identifica as dificuldades dos educadores em trabalhar e abordar esses temas na escola, o que demonstra, por outro lado, que esses profissionais permanecem em uma zona de conflito, onde a melhor estratégia criada por eles é fazer-se ausente à essas questões. O contexto atual de conservadorismo reforça o tabu em torno desses temas, dificultando ainda mais a promoção da igualdade e do respeito às diferenças dentro da escola. Trata-se, portanto, de um desafio que ainda permeia a prática de educadores e educadoras, expressando uma demanda urgente por superação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa trouxe, no decorrer de toda a sua discussão, reflexões acerca da construção de identidades de gênero e dos mecanismos sociais que amparam a heteronormatividade como produto natural humano socialmente referenciado. Nesse processo, ao questionarmos os sujeitos sobre como se deram suas experiências de vida em relação ao reconhecimento e vivência da identidade de gênero no período infantil, foi possível apreender discursos que reproduziram o quanto essa fase foi permeada de desafios e conflitos.

A tomada de consciência em relação à identidade de gênero se dá, portanto, de forma muito precoce, sendo também confusa e conflituosa, uma vez que os sujeitos não se encaixavam nos padrões sociais estabelecidos e eram submetidos a imposições externas que demandavam deles comportamentos normatizados. Sérios conflitos emergiam desse processo, desvelando a contraposição entre quem eles de fato eram e quem os outros esperavam e cobravam que eles fossem, conflito este que conduzia facilmente esses sujeitos a transgredir³ aquilo que a sociedade impõe como norma.

Nesse percurso, a família figura como elemento importante, na medida em que é nesse contexto que se dão as primeiras experiências significativas de convívio social e estruturação das relações interpessoais. Devido os costumes, crenças e valores enraizados, a família termina por reproduzir as demandas tradicionais da sociedade, configurando-se como o primeiro espaço que reprime e exclui esses sujeitos, por meio de cobranças para que sigam comportamentos heteronormativos.

Não obstante, é na família ainda que, com o tempo, irão encontrar o amparo desejado. Aqui o tempo e o diálogo alimentam a superação das dificuldades, em um processo que perpassa os dois extremos da relação, atingindo os sujeitos e seus familiares, ainda que com nuances e potencialidades diferentes. Não é à toa, portanto, que quando há o reconhecimento e aceitação do gênero assumido, é possível ao sujeito transitar em sua identidade de forma tranquila e plena.

Para além da família, a escola aparece como um dos principais locais de rejeição da identidade de gênero desses sujeitos. Nesse espaço ganham força as condutas discriminatórias e estigmatizantes que partem principalmente dos colegas, gerando constrangimento, intolerância e exclusão, com conseqüente sofrimento.

³ Cabe destacar que aqui consideramos a ideia de transgressão não como erro, ou inadequação em si, mas como saída possível para esses sujeitos, como possibilidade de ser quem realmente são frente ao que a sociedade impõe como padrão de conduta.

Sendo a escola responsável pela formação de cidadãos conscientes e capazes de participar e transformar a realidade em que estão inseridos, de forma positiva, pautando-se no respeito ao próximo, é preocupante vislumbrar que essa função não venha sendo exercida no que se refere à promoção da tolerância à diferença, com especial destaque para o despreparo dos profissionais que atuam nesse espaço.

Em face desse panorama, os resultados dessa investigação permitem compreender a dinâmica conflituosa vivida por esses sujeitos ainda na infância, destacando o papel da família e da escola nessa relação, conhecimentos que poderão dar suporte ao planejamento de ações de promoção da saúde para esse público. É preciso, pois, amparar as crianças na estruturação de suas identidades de gênero, e amparar também a família para que vivenciem essa construção de forma positiva e saudável.

É relevante salientar a importância de se ter mais produções científicas que abordem de maneira efetiva as questões de gênero, sexualidade e diversidade sexual, e o modo como as demandas sociais influenciam e distorcem diretamente a construção de identidade dos sujeitos, com sérias repercussões sobre suas condições de vida e saúde.

Espera-se que estas considerações sirvam de reflexão sobre a forma como lidamos com a sexualidade do outro e com a nossa própria sexualidade. Estudos como estes são importantes por dar maior visibilidade à temática a partir da divulgação dos resultados obtidos em desconstruir preconceitos e estigmas que se produzem e reproduzem em nossa sociedade materializando-se sobre os sujeitos nela inseridos, inclusive as crianças.

Admite-se aqui, portanto, que ainda há muito a refletir, muito a aprender sobre o tema e mais ainda, sobre a necessidade de desconstruir a ideia que a mesma se limita apenas a reprodução, adoecimento e prevenção, mas sim como uma elaboração conjunta entre o ser e o social, abrangendo diversos aspectos estruturais que colaboram com a legitimidade da dignidade humana.

REFERÊNCIAS

- ABDO, C. **Sexualidade humana e seus transtornos**. 4. ed. São Paulo: Leitura Médica, 2012. 344 p.
- ALMEIDA, L. S.; FIGUEIREDO, A. Meninos e meninas: um estudo das relações de gênero entre crianças na escola Ana Nery. In: II ENCONTRO BAIANO DE ESTUDOS EM CULTURA, 2012, Salvador. **Anais II Encontro Baiano de Estudos em Cultura**. Salvador, 2012. Disponível em: <<http://www.correiofeirense.com.br/noticia/2081/ii-encontro-baiano-de-estudos-em-cultura>>. Acesso em: 14 out. 2017.
- ALTMANN, H. Diversidade sexual e educação: desafios para a formação docente. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 13, p. 69-83, abr. 2013.
- ANACLETO, A. A. A.; MAIA, A. C. B. Gênero na infância: análise do filme "La vie in rose" como instrumento pedagógico em educação sexual. **Revista Ibero-Americana em Estudos em Educação**, São Paulo, v. 4, n. 3, p. 1-11, ago. 2009.
- ANDRADE, L. B. P. **Tecendo os fios da infância**. 3. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 126 p.
- ANJOS, G. **Sociologias, Identidade sexual e identidade de gênero**: subversões e permanências. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 2, n. 4, p. 274-305, jul./dez. 2000.
- ARAGUAIA, M. **Orientação Sexual**. Brasil Escola. Disponível em: <<http://brasilecola.uol.com.br/sexualidade/orientacao-sexual.htm>>. Acesso em: 11 jun. 2017.
- ATHAYDE, A.V. L. Transexualismo masculino. **Arquivos Brasileiros de Endocrinologia & Metabologia**, São Paulo, v. 45, n. 4, p. 407-414, ago. 2001.
- AZEVEDO, R. N.; COMIN, F. S.; SPIZZIRRI, G. You have to be born with that gift: Experiences of a Young Travesti. **Revista da Abordagem Gestáltica**, Goiânia, v. 20, n. 2, p. 202-212, feb. 2015.
- BAILEY, J. M. et al. Sexual orientation, controversy, and science. **Psychological Science**, Bogotá, v. 17, n. 2, p. 45–101, jan. 2016.
- BARRETO, O. F.; CECCARELLI, P. R. Entre o Eu e o corpo... um estranho: reflexões sobre as transexualidades. **Reverso**, Belo Horizonte, v. 37, n. 69, p. 113–120, out. 2015.
- BARROS, A. K. Repressão social e religiosa e a emergência do movimento LGBT no Brasil. **Revista UNIABEU**, Belford Roxo, v. 7, n. 17, p. 202-217, set./dez. 2014.
- BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. 516 p.
- BENEDETTO, M. A. C. Entre dois continentes: literatura e narrativas humanizando médicos e pacientes. **O Mundo da Saúde**, São Paulo, v. 34, n. 3, p. 311-319, jul./set. 2010.
- BENTO, B. A. M. **O que é transexualidade**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008. 111 p.

BETTS, J. **Narrativa ou verbalização?** 1. ed. Porto Alegre: Correio da APPOA, 2005. 140 p.

BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. **Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia.** 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. 365 p.

BONDÍA, J. L. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 19, p.20-28, jan. 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Direitos sexuais, direitos reprodutivos e métodos anticoncepcionais** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas, p. 1- 50. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.** Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

CAMPOS, L. M. L. Gênero e diversidade sexual na escola: a urgência da reconstrução de sentidos e de práticas. **Ciência e Educação**, Bauru, v. 21, n. 4, p. 1-4, ago. 2015.

CAMPOS, R. T. O. et al. Narratives in the study of mental health care practices: contributions of the perspectives of Paul Ricoeur, Walter Benjamin and of medical anthropology. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 10, p. 2847-2857, mai. 2013.

CARRARA, S. Políticas e direitos sexuais no Brasil contemporâneo. **Rev. Bagoas**. n. 05, p. 131-147, 2010.

CASTEL, P. H. Algumas reflexões para estabelecer a cronologia “fenômeno transexual” (1910-1995). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 21, n. 41, p. 77-111, out. 2001.

CASTELLANOS, M.E.P. A narrativa nas pesquisas qualitativas em saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 4, p. 1065-1076, nov. 2014.

CONSTANTINI, A. **Bullying, como combatê-lo?:** prevenir e enfrentar a violência entre jovens. 1 ed. São Paulo: Itália Nova, 2004. 87 p.

DEMO, P. **Éticas multiculturais:** sobre convivência humana possível. Petrópolis: Vozes, 2005. 135p.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **The SAGE Handbook of Qualitative Research.** 5. ed. Califórnia: SAGE Publications, 2017. 992 p.

DIETER, C. T. **As raízes históricas da homossexualidade, os avanços no campo jurídico e o prisma constitucional.** 2. ed. Curitiba: Juruá, 2001. 253 p.

ERIBON, D. **Reflexões sobre a Questão Gay.** 1. ed. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008. 120 p.

FERNANDES, L. P. Família e relações de gênero: um olhar através do direito. In: **32ª Reunião Anual da Anped** – Sociedade, cultura e educação: novas regulações? Caxambu-

MG, 2009. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/32ra/arquivos/trabalhos/GT23-5682--Int.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2017.

FERRARI, G. G.; CAPELARI, R. S. A despatologização do transtorno de identidade de gênero: uma crítica a patologização e o enaltecimento ao direito a identidade sexual dos indivíduos trans. In: XI SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DEMANDAS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA, 2014, Santa Cruz do Sul. **Anais do XI Seminário Internacional De Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea**. Santa Cruz do Sul, 2014. Disponível em: <<http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/issue/view/48>>. Acesso em: 20 out. 2017.

FERRAZ, D.; KRAICZYK, J. Gênero e Políticas Públicas de Saúde – construindo respostas para o enfrentamento das desigualdades no âmbito do SUS. **Revista de Psicologia da UNESP**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 70-82, mar. 2010.

FIORIN, J. L. **Linguagem e Ideologia**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2007. 147 p.

FIORIN, J. L., SAVIOLI, F. P. **Lições de texto: leitura e redação**. 2. ed. São Paulo: Ática, 2002. 203 p.

GARCÍA, F. V. Del sexo dicotómico al sexo cromático. La subjetividad transgenérica y los límites del constructivismo. **Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 63-68, ago. 2009.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 110 p.

GOELLNER, S. V. **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. 214 p.

GÓMEZ, G. E.; ESTEVA, A. I. **Ser transexual (Being Transsexual)**. 2. ed. Barcelona: Glosa; 2006. 322 p.

GREENHALGH, T.; HURWITZ, B. Why study narrative? **BMJ**, London, v. 318, n. 751, p. 48-50, jan. 1999.

HATZENBUEHLER, M. L.; PACHANKIS, J. E. Stigma and Minority Stress as Social Determinants of Health Among Lesbian, Gay, Bisexual, and Transgender Youth. **Pediatric Clinics of North America**, Maryland Heights, v. 63, n. 6, p. 985-997, aug. 2016.

HEMESATH, T. P. Anomalias da diferenciação sexual: representações parentais sobre a constituição da identidade de gênero. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 26, n. 3, p. 583-590, mai. 2013.

JACÓ-VILELA, A. M.; SATO, L. **Diálogos em psicologia social**. 2. ed. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012. 482 p.

JESUS, J. G. O conceito de heterocentrismo: um conjunto de crenças enviesadas e sua permanência. **Psico-USF**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 363-372, jan. 2013.

_____. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos.** 2. ed. Brasília: Revista e Ampliada, 2012. 41 p.

LIMA, C. C. et al. Humanidades e humanização em saúde: a literatura como elemento humanizador para graduandos da área da saúde. **Interface: Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 18, n. 48, p. 139-50, abr./jun. 2014.

LOURO, G. L. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer.** 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. 225 p.

MACHADO, I. L. A narrativa de vida como materialidade discursiva. **Revista da ABRALIN**, Maceió, v. 14, n. 2, p. 95-108, jun. 2015.

MADUREIRA, A. F. A.; BRANCO, A. U. Gênero, sexualidade e diversidade na escola a partir da perspectiva de professores/as. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 23, n. 3, p. 577-591, ago./set. 2015.

MATIAS, D. Psicologia e orientação sexual: realidades em transformação. **Análise Psicológica**, Lisboa, v. 25, n. 1, p. 149-152, jan. 2007.

MENEGHEL, S.N.; IÑIGUEZ, L. Contadores de histórias: práticas discursivas e violência de gênero. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 8, p. 1815-1824, out. 2007.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 31. ed. Petropolis: Vozes, 2012. 140 p.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010. 126 p.

MISKOLCI, R. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012. 97 p.

MOSCHETA, M. S. **Responsividade como recurso relacional para a qualificação da assistência a saúde de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.** 2011. 87 f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2011.

NOGUEIRA, C. **Um novo olhar sobre as relações sociais de gênero: feminismo e perspectivas críticas na psicologia social.** 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001. 462 p.

NUNES, C.; SILVA, E. **A educação sexual da criança: polêmicas do nosso tempo.** 1. ed. Campinas: Autores Associados, 2000. 144 p.

ONOCKO-CAMPOS, R. T. et al. Narrativas no estudo das práticas em saúde mental: contribuições das perspectivas de Paul Ricoeur, Walter Benjamin e da antropologia médica. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 10, p. 2847-2857, ago. 2013.

PATERNIO, K. A. V. Sexualidade, gênero e o terceiro sexo: a biopolítica dos corpos infantis voltados à normalização heterossexual. In: XI JORNADA DO HISTEDBR, 2013, Campinas. **Anais da XI Jornada do HISTEDBR**, Campinas, 2013. Disponível em:

<http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada11/anais.html>. Acesso em 21 set. 2017.

PINO, A. **A criança, um ser cultural ou da passagem do biológico ao simbólico**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2005. 125 p.

PINTO, B. O. S.; CARRETEIRO, T. C. O. C.; RODRIGUEZ, L. S. Trabalhando no “entre”: a história de vida laboral como método de pesquisa em psicossociologia. **Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 2, n. 5, p. 941-985, out. 2015.

POLIT, D. F.; BECK, C. T. **Fundamentos de pesquisa em enfermagem: avaliação de evidências para a prática da enfermagem**. 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011. 670p.

REIS, N.; PINHO, R. Gêneros não-binários: identidades, expressões e educação. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p. 7-25, mai./jul. 2016.

RILEY, E. et al. Surviving a gender variant childhood: the views of transgender adults on the needs of gender variant children and their parents. **Journal of Sex and Marital Therapy**, Oxford, v. 39, n. 3, p. 241-263, jan./mai. 2013.

SANTOS, A.; LAURO, B. R. Infância, criança e diversidade: proposta e análise. In: III SIMPÓSIO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE JUIZ DE FORA, 2005, Juiz de Fora. **Anais do Simpósio de Formação de Professores de Juiz de Fora**, Juiz de Fora, 2005. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/virtu/files/2010/04/artigo-2a23.pdf>>. Acesso em: 02 out. 2017.

SANTOS, L. E. S. et al. Condições de acesso às ações e serviços de saúde pela população lgbt: revisão narrativa da literatura. In: II CONGRESSO REGIONAL DE SAÚDE COLETIVA, 2016, Picos. **Anais do II Congresso Regional de Saúde Coletiva**, Picos, 2016. Disponível em: <<http://www.ufcg.edu.br/revistasaudeeciencia/index.php/RSC-UFCG/article/viewFile/440/279>>. Acesso em: 02 de out. 2017.

SANTOS, T. Z.; CRUZ, T. M. Os modos da transexualidade: entrelaçamentos de gênero e orientação sexual. **Unisul**, Florianópolis, v. 8, n. 13, p. 141-155, ago. 2014.

SARMENTO, M. J. As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade. In: CONGRESSO INTERNACIONAL “OS MUNDOS SOCIAIS E CULTURAIS DA INFÂNCIA”, 2007, Portugal. **Anais do Congresso Internacional “Os Mundos Sociais e Culturais da Infância”**, Portugal, 2007. Disponível em: <<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/3386/1/disc-infancia2000-texto.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2017.

SCHINDHELM, V. G. A construção da sexualidade infantil. Considerações sobre o papel do educador. In: CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL. 2011, Maringá. **Anais do Congresso Nacional de Psicologia Escolar e Educacional**, Maringá, 2011. Disponível em: <<https://abrapee.wordpress.com/conpe/x-conpe-2011/>>. Acesso em: 14 set. 2017.

SILVA, A. L.; OLIVEIRA, A. A. S. Transexualização em narrativas de histórias de vida sobre a infância. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**. Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 484-508, out. 2015.

SILVA, C. G. **Orientação sexual, identidades sexuais e identidade de gênero**. Biblioteca Virtual UNIFESP, 2016. Disponível em: <http://www.comfor.unifesp.br/wp-content/docs/COMFOR/biblioteca_virtual/GDE/mod3/Semana3_Mod3_GDE.pdf>. Acesso em: 14 set. 2017.

SILVA, G. W. S. et al. Diversidade sexual e homofobia: o conhecimento de enfermeiros da estratégia saúde da família. **Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental Online**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 3725-3739, jan. 2016.

SILVA, M. M. L. et al. Família e orientação sexual: dificuldades na aceitação da homossexualidade masculina. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 23, n. 3, p. 677-692, jul. 2015.

SILVA, R. G. L. B.; BEZERRA, W. C.; QUEIROZ, S. B. Os impactos das identidades transgênero na sociabilidade de travestis e mulheres transexuais. **Revista Terapia Ocupacional Universitária**, São Paulo, v. 26, n. 3, p. 364-72, mai./jun. 2015.

SOUSA FILHO, A. A política do conceito: subversiva ou conservadora? Crítica à essencialização do conceito de orientação sexual. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 3, n. 4, p. 59-77, ago. 2009.

SOUZA, C. R. A.; CARRETEIRO, T. C. O. C. Narrativas de Vida e o seu uso pela Psicossociologia. **Clínica & Cultura**, Sergipe, v. 5, n. 1. p. 23-36, set. 2016.

TOLEDO, L. A.; SHIAISHI, G. F. Estudo de caso em pesquisas exploratórias qualitativas: em ensaio para a proposta de protocolo de estudo de caso. **Revista FAE**, Curitiba, v. 12, n. 1, p.103-119, fev./mar. 2009.

VAZ, A. Actitudes y comportamientos de los adolescentes frente a la sexualidad. **Actual Enfermagem**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 8-14, ago. 2013.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do projeto: Faces da identidade de gênero e orientação sexual na infância: narrativas de vida de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros.

Pesquisadores responsáveis: Ana Karla Sousa de Oliveira; Luís Eduardo Soares dos Santos.

Instituição/Departamento: Curso de Bacharelado em Enfermagem – CSHNB/UFPI.

Telefone para contato (inclusive a cobrar): (89) 99922-0392; (89) 99916-2425.

O(a) senhor(a) está sendo convidado(a) para participar, como voluntário, em uma pesquisa, estando livre para decidir se quer participar ou não. Leia cuidadosamente o que se segue e pergunte ao responsável pelo estudo qualquer dúvida que o(a) senhor(a) tiver.

Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias (uma sua e a outra do pesquisador responsável). Em caso de recusa o(a) senhor(a) não será penalizado(a) de forma alguma.

A pesquisa tem como objetivo: Analisar a percepção de identidade de gênero e orientação sexual na infância de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis e Transgêneros (LGBT), de modo a contribuir com o debate sobre o tema e ampliar o conhecimento disponível.

O(a) senhor(a) terá o direito de se desligar da pesquisa a qualquer momento, sem que isso lhe traga qualquer prejuízo e/ou despesa. Em qualquer etapa do estudo, o(a) senhor(a) terá acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas.

Se o(a) senhor(a) concordar em participar do estudo, seu nome e identidade serão mantidos em sigilo. A menos que, requerido por lei ou por sua solicitação, somente o pesquisador, a equipe do estudo, Comitê de Ética independente e inspetores de agências regulamentadoras do governo (quando necessário) terão acesso a suas informações para verificar as informações do estudo.

Entende-se que a natureza da presente investigação permitiria a exposição dos sujeitos a riscos nos casos em que houvesse a quebra do sigilo das informações coletadas. Tendo em vista a possibilidade de falar sobre questões relativas à subjetividade, que podem, eventualmente, gerar sofrimento, são reconhecidos os riscos psicológicos bem como riscos de constrangimento inerentes à pesquisa.

A fim lidar com estes possíveis riscos, a equipe de pesquisa contará com a participação de uma psicóloga que ficará responsável por orientar os entrevistadores acerca de abordagens que favoreçam o acolhimento dos sujeitos, por dar suporte psicológico aos sujeitos de pesquisa, bem como para fazer eventuais encaminhamentos, pelo período que for necessário e sem nenhum custo para os participantes. Contudo, ao assumir a responsabilidade no desenvolvimento da pesquisa a equipe envolvida assume também um compromisso ético em relação ao material produzido, em sua coleta, análise e divulgação, de modo a resguardar os direitos dos sujeitos de pesquisa.

Assim, caso surjam situações imprevistas que configurem riscos para os sujeitos envolvidos, os pesquisadores buscarão contorná-las entrevistando-os em local reservado onde os participantes se sintam o mais confortável possível colocando-os como protagonistas de todo o contexto, abrangendo assim seus interesses, necessidades e autonomia, dando aos mesmos todo suporte necessário.

Espera-se como benefício, a partir dos resultados obtidos com a presente investigação, contribuir na ampliação de debate acerca das vivências, experiências e vulnerabilidades que, de certa forma, cercam a população LGBT. No contexto de ensino e atuação da enfermagem, busca-se principalmente o que diz respeito ao desafio de garantir a proteção integral a esses sujeitos, cuja identidade de gênero e orientação sexual, muitas vezes reconhecidas e expressas desde as fases mais iniciais da vida, estão em desacordo com a heteronormatividade determinada socialmente, refletindo em dificuldades e obstáculos ao atendimento de suas demandas específicas.

Consentimento da participação da pessoa como sujeito

Eu, _____, RG _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo “Fases da Identidade de Gênero e Orientação Sexual na Infância: narrativas de vida de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros”. Fui suficientemente informado a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim, Eu discuti com o acadêmico _____, sobre a minha decisão em participar nesse estudo. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes.

Ficou claro também que minha participação é isenta de despesas. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízo ou perda de qualquer benefício que eu possa ter adquirido.

Local e data: _____

Nome e Assinatura do sujeito ou responsável:

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite do sujeito em participar:

Testemunhas (não ligadas à equipe de pesquisadores):

Nome: _____

RG: _____ Assinatura: _____

Nome: _____

RG: _____ Assinatura: _____

Somente para o pesquisador responsável pelo contato e tomada do (TCLE).

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste sujeito de pesquisa ou representante legal para a participação neste estudo.

Picos, _____ de _____ de 20____.

Pesquisador responsável

Observações complementares:

Se o(a) senhor(a) tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato:

Comitê de Ética em Pesquisa - UFPI - Campus Senador Helvidio Nunes de Barros - Bairro Junco, Rua Cícero Duarte, 905 - CEP: 64607-670 - Picos – PI. Telefone: (89) 3422-3003 - email: ceppicos@gmail.com web: www.ufpi.br/regimento-cep-picos

APÊNDICE B – Instrumento de Produção de Narrativas de Vidas

INSTRUMENTO DE PRODUÇÃO DE NARRATIVAS DE VIDAS

1. Conte-nos como foi a sua infância?
2. Ainda em relação à infância, em que momento, nesse período, você tomou consciência da sua identidade de gênero e/ou orientação sexual?
3. Como foi para você essa tomada de consciência? Como lidou com isso?
4. Essa vivência foi expressa por você aos seus familiares ou identificada previamente por eles? Conte-nos como foi essa experiência.
5. Como eram suas relações no ambiente social no qual estava inserido? Sua identidade exercia influência nessas relações?
6. O que você acredita que pudesse ter sido feito na sua infância que poderia ter lhe ajudado a lidar com suas questões de gênero e sexualidade?
7. Como é sua relação atual com seus familiares? Como eles encaram sua identidade de gênero e/ou orientação sexual?

ANEXOS

ANEXO A – Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa

UFPI - UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PIAUÍ - CAMPUS
SENADOR HELVÍDIO NUNES

**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: Faces da identidade de gênero e orientação sexual na infância: narrativas de vida de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros.

Pesquisador: Ana Karla Sousa de Oliveira

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 73092517.5.0000.8057

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.247.323

Apresentação do Projeto:

Faces da identidade de gênero e orientação sexual na infância: narrativas de vida de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros. Pesquisador Responsável: Ana Karla Sousa de Oliveira. o, acredita-se que a infância pode ser permeada por repressões e dificuldades, partindo do princípio que isso irá refletir nas outras fases da vida e, na maioria das vezes, proporcionar situações de estigmatização, vulnerabilidade e marginalidade dos sujeitos. Portanto, as narrativas de vida, nessa circunstância, auxiliam na compreensão das faces da subjetividade e os principais entraves relacionados à identidade de gênero e orientação sexual na infância perante os rótulos preestabelecidos na sociedade como um todo. A pesquisa visa identificar fatos na infância que contribuíram para a formação da identidade de gênero e orientação sexual de membros de uma comunidade LGBT em Picos.

Objetivo da Pesquisa:**2.1 Geral**

- Analisar a percepção de identidade de gênero e orientação sexual na infância da

Endereço: CICERO DUARTE 905

Bairro: JUNCO

CEP: 64.607-670

UF: PI

Município: PICOS

Telefone: (89)3422-3007

E-mail: cep-picos@ufpi.edu.br

Página 01 de 04

UFPI - UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PIAUÍ - CAMPUS
SENADOR HELVÍDIO NUNES



Continuação do Parecer: 2.247.323

população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBT).

2.1 Específicos

- Descrever como se deu o processo de autoconhecimento sobre identidade de gênero e sexualidade de LGBT's durante a infância;
- Investigar, a partir das falas dos sujeitos, eventuais respostas do meio social à expressão da identidade de gênero e sexualidade nesse período;
- Analisar como tais sujeitos reagiram frente a resposta do meio social à essa experiência.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:**Riscos:**

Entende-se que a natureza da presente investigação permitiria a exposição dos sujeitos a riscos nos casos em que houvesse a quebra do sigilo das informações coletadas. Tendo em vista a possibilidade de falar sobre questões relativas à subjetividade, que podem, eventualmente, gerar sofrimento, são reconhecidos os riscos psicológicos bem como riscos de constrangimento inerentes à pesquisa.

Benefícios:

Espera-se como benefício, a partir dos resultados obtidos com a presente investigação, contribuir na ampliação de debate acerca das vivências, experiências e vulnerabilidades que, de certa forma, cercam a população LGBT. No contexto de ensino e atuação da enfermagem, busca-se principalmente o que diz respeito ao desafio de garantir a proteção integral a esses sujeitos, cuja identidade de gênero e orientação sexual, muitas vezes reconhecidas e expressas desde as fases mais iniciais da vida, estão em desacordo com a heteronormatividade determinada socialmente, refletindo em dificuldades e obstáculos ao atendimento de suas demandas específicas.

OBS: Apesar de, no corpo do projeto não ter estratégias de contorno de riscos, o TCLE aborda as alternativas de minimização de riscos.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa de caráter relevante e inovador. A compreensão do tema buscada pela metodologia sugerida se faz importante para o entendimento dos fatores sociais que contribuem para a

Endereço: CICERO DUARTE 905

Bairro: JUNCO

CEP: 64.607-670

UF: PI

Município: PICOS

Telefone: (89)3422-3007

E-mail: cep-picos@ufpi.edu.br

identidade de gênero e opção sexual dos adultos.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos requeridos para o desenvolvimento de uma pesquisa realizada em seres humanos foram anexados ao projeto.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

projeto aprovado pelo comitê de ética.

Considerações Finais a critério do CEP:

Projeto aprovado pelo comitê de ética.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_960423.pdf	09/08/2017 20:48:47		Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	AUTO.pdf	09/08/2017 20:48:19	Ana Karla Sousa de Oliveira	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	09/08/2017 20:47:13	Ana Karla Sousa de Oliveira	Aceito
Outros	INSTRCOLETA.pdf	19/07/2017 15:20:05	Ana Karla Sousa de Oliveira	Aceito
Outros	LATTES.pdf	19/07/2017 15:18:27	Ana Karla Sousa de Oliveira	Aceito
Outros	TCF.pdf	19/07/2017 15:14:52	Ana Karla Sousa de Oliveira	Aceito
Outros	CE.pdf	19/07/2017 15:13:47	Ana Karla Sousa de Oliveira	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO.pdf	19/07/2017 15:12:03	Ana Karla Sousa de Oliveira	Aceito
Cronograma	CR.pdf	19/07/2017 15:10:24	Ana Karla Sousa de Oliveira	Aceito
Declaração de Pesquisadores	DP.pdf	19/07/2017 15:03:40	Ana Karla Sousa de Oliveira	Aceito
Orçamento	OR.pdf	19/07/2017 14:58:15	Ana Karla Sousa de Oliveira	Aceito
Folha de Rosto	FR.pdf	19/07/2017 14:55:54	Ana Karla Sousa de Oliveira	Aceito

UFPI - UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PIAUÍ - CAMPUS
SENADOR HELVÍDIO NUNES



Continuação do Parecer: 2.247.323

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PICOS, 30 de Agosto de 2017

Assinado por:

LUISA HELENA DE OLIVEIRA LIMA
(Coordenador)

ANEXO B – Autorização Institucional**COLETIVO LGBT's LIVRES****TERMO DE AUTORIZAÇÃO**

Eu, Wemerson dos Santos FORTES, em nome do Coletivo LGBT's Livres de Picos-PI, concordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado: **Faces da identidade de gênero e orientação sexual na infância: narrativas de vida de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros**. Para a efetivação da pesquisa, os sujeitos do estudo serão aqueles que estão vinculados à referida entidade, tendo como critérios de inclusão aqueles que fornecerem disponibilidade e anuência a participar da pesquisa. O projeto está sob coordenação da pesquisadora Profª. Ms. Ana Karla Sousa de Oliveira, que tem por objetivo: Analisar as faces de identidade de gênero e orientação sexual no período infantil de sujeitos adultos da população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBT); descrever como se deu o processo de autoconhecimento sobre identidade de gênero e sexualidade de LGBT's durante a infância; investigar a partir das falas dos sujeitos, eventuais respostas do meio social à expressão da identidade de gênero e sexualidade nesse período e comotais sujeitos reagiram frente à resposta do meio à sua sexualidade.

Wemerson dos Santos Fortes

Assinatura do representante

Picos-PI, 26 de 06 de 2017.



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA
“JOSÉ ALBANO DE MACEDO”**

Identificação do Tipo de Documento

- () Tese
() Dissertação
(X) Monografia
() Artigo

Eu, **Luís Eduardo Soares dos Santos**, autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de 02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar, gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação **Faces da Identidade de Gênero na Infância: transgressões na construção do ser LGBT** de minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI, 26 de fevereiro de 2018.

Luís Eduardo Soares dos Santos

Assinatura

Luís Eduardo Soares dos Santos

Assinatura